

ISSN 2318-9282

número 17

ano 5

outubro-dezembro 2017

des;idades

REVISTA ELETRÔNICA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

17

des;dades

REVISTA ELETRÔNICA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

REALIZAÇÃO



APOIO



PARCEIROS



INDEXADORES



apresentação

equipe editorial

EDITORA CHEFE

Lucia Rabello de Castro

EDITORAS ASSOCIADAS

Heloísa Dias Bezerra

Paula Uglione

Renata Alves de Paula Monteiro

Renata Tomaz

Sônia Borges Cardoso de Oliveira

EDITORES ASSISTENTES

Adelaide Rezende de Souza

Alexandre Bárbara Soares

Antônio Gonçalves Ferreira Júnior

Felipe Salvador Grisolia

Isa Kaplan Vieira

Juliana Siqueira de Lara

Karima Oliva Bello

Lis Albuquerque Melo

Paula Pimentel Tumolo

Sabrina Dal Ongaro Savegnago

EQUIPE TÉCNICA

Arthur José Vianna Brito

Clara Cascão Lopes

Hannah Quaresma Magalhães

Maria Luíza Vianna Werneck Pereira

Matheus Ferreira Apolinário

Yuri do Carmo Castro de Jesus

REVISOR

Welton Pereira e Silva

TRADUTORAS

Flávia Ferreira dos Santos

Karima Oliva Bello

DESIDADES é uma revista eletrônica de divulgação científica na área da infância e juventude. É uma publicação trimestral, avaliada por pares, do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas – NIPIAC, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, comprometida com a divulgação do conhecimento científico além dos muros da universidade.

Publica artigos originais, entrevistas e resenhas que se destinem a discutir criticamente, para um público amplo, aspectos da infância e da juventude frente a seu processo de emancipação. Uma seção de Informações Bibliográficas tem por objetivo difundir as publicações recentes sobre infância e juventude no âmbito das ciências sociais e humanas. Uma versão em português e outra em espanhol de **DESIDADES** estão disponíveis para os leitores. A publicação pretende ser um meio eletrônico de difusão de debates e ideias no espaço latino-americano para todos os que queiram ser instigados a refletir sobre os desafios e as dificuldades de viver sendo criança ou jovem no contexto das sociedades atuais.

DESIDADES significa, como escolha do título da revista, que as idades, como critérios fixos que naturalizam comportamentos, habilidades e modos de existência segundo uma temporalização biográfica linear, precisam ser problematizadas de modo a permitir novas abordagens, perspectivas e diálogos sobre as relações entre os grupos geracionais.

CONSELHO CIENTÍFICO NACIONAL

Alfredo Veiga-Neto	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Alexandre Simão de Freitas	Universidade Federal de Pernambuco
Ana Cristina Coll Delgado	Universidade Federal de Pelotas
Ana Maria Monteiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Angela Alencar de Araripe Pinheiro	Universidade Federal do Ceará
Angela Maria de Oliveira Almeida	Universidade de Brasília
Anna Paula Uziel	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Carmem Lucia Sussel Mariano	Universidade Federal de Mato Grosso
Clarice Cassab	Universidade Federal de Juiz de Fora
Claudia Mayorga	Universidade Federal de Minas Gerais
Cristiana Carneiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Diana Dadoorian	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Dorian Monica Arpini	Universidade Federal de Santa Maria
Elisete Tomazetti	Universidade Federal de Santa Maria
Fernanda Costa-Moura	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Flavia Pires	Universidade Federal da Paraíba
Gizele de Souza	Universidade Federal do Paraná
Helóisa Helena Pimenta Rocha	Universidade Estadual de Campinas
Iolete Ribeiro da Silva	Universidade Federal do Amazonas
Jader Janer Moreira Lopes	Universidade Federal Fluminense
Jaileila de Araújo Menezes	Universidade Federal de Pernambuco
Jailson de Souza e Silva	Universidade Federal Fluminense
Jane Felipe Beltrão	Universidade Federal do Pará
Juarez Dayrell	Universidade Federal de Minas Gerais
Juliana Prates Santana	Universidade Federal da Bahia
Leandro de Lajonquière	Universidade de São Paulo
Leila Maria Amaral Ribeiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Lila Cristina Xavier Luz	Universidade Federal do Piauí
Marcos Cezar de Freitas	Universidade Federal de São Paulo
Marcos Ribeiro Mesquita	Universidade Federal de Alagoas
Maria Alice Nogueira	Universidade Federal de Minas Gerais
Maria Aparecida Morgado	Universidade Federal de Mato Grosso
Maria Cristina Soares de Gouvea	Universidade Federal de Minas Gerais
Maria Helena Oliva Augusto	Universidade de São Paulo
Maria Ignez Costa Moreira	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Maria Letícia Nascimento	Universidade de São Paulo
Maria Lucia Pinto Leal	Universidade de Brasília
Marlos Alves Bezerra	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Marta Rezende Cardoso	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Mirela Figueiredo Iriart	Universidade Estadual de Feira de Santana
Myriam Moraes Lins de Barros	Universidade Federal do Rio de Janeiro

Nair Teles	Fundação Oswaldo Cruz/ Universidade Eduardo Mondlane
Patrícia Pereira Cava	Universidade Federal de Pelotas
Rita de Cassia Fazzi	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Rita de Cassia Marchi	Universidade Regional de Blumenau
Rosa Maria Bueno Fischer	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Rosângela Francischini	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Silvia Pereira da Cruz Benetti	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Solange Jobim e Sousa	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Sonia Margarida Gomes Sousa	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Telma Regina de Paula Souza	Universidade Metodista de Piracicaba
Vera Vasconcellos	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Veronica Salgueiro do Nascimento	Universidade Federal do Cariri

CONSELHO CIENTÍFICO INTERNACIONAL

Adriana Aristimuño	Universidad Católica del Uruguay
Adriana Molas	Universidad de la República, Montevideo
Andrés Pérez-Acosta	Universidad del Rosario, Bogotá
Alfredo Nateras Domínguez	Universidad Autónoma Metropolitana Iztapalapa, UAM-I, México
Carla Sacchi	Centro Interdisciplinario de Investigaciones en Psicología Matemática y Experimental / Universidad del Salvador
Ernesto Rodríguez	Centro Latinoamericano sobre Juventud, CELAJU, Montevideo
Graciela Castro	Universidad Nacional de San Luis, Argentina
Guillermo Arias Beaton	Universidad de La Habana, Cuba
Héctor Castillo Berthier	Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Autónoma de México
Héctor Fabio Ospina	Universidad de Manizales, Colombia
José Rubén Castillo García	Universidad Autónoma de Manizales, Colombia
Laura Kropff	Universidad Nacional de Río Negro, Argentina
María Guadalupe Vega López	Universidad de Guadalajara, México
María Raquel Macri	Universidad de Buenos Aires
Mariana Chaves	Universidad Nacional de La Plata, Argentina
Mariana García Palacios	Universidad de Buenos Aires
Mario Sandoval	Universidad Católica Silva Henríquez, Chile
Norma Contini	Universidad Nacional de Tucumán, Argentina
Pablo Toro Blanco	Universidad Alberto Hurtado, Chile
René Unda	Universidad Politécnica Salesiana, Ecuador
Rogelio Marcial Vásquez	El Colegio de Jalisco, Universidad de Guadalajara, Mexico
Rosa Maria Camarena	Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Autónoma de México
Silvina Brussino	Universidad Nacional de Córdoba, Argentina
Valeria Llobet	Universidad Nacional de San Martín, Argentina

Índice

EDITORIAL 7

TEMAS EM DESTAQUE

Jovens e a precarização do trabalho:
o caso do *cuentapropismo* em Cuba 9
Karima Oliva Bello

Ou caminha com Deus ou dança com o Diabo:
igrejas neopentecostais e o dispositivo da sexualidade 23
Rodrigo Kreher, Neuza Maria de Fátima Guareschi

ESPAÇO ABERTO

**A sociabilidade automatizada das crianças brasileiras
nas redes sociais** 35
ENTREVISTA DE *Amanda Antunes* COM *Renata Tomaz*

INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

RESENHAS

**“Jovens, câmera, ação: reflexões sobre os usos dos dispositivos móveis de mídia
em um projeto de mobilização social”** 47
RESENHA POR *Paloma Silveira*

**“Estamos alunos: um estudo sobre a identidade contemporânea
dos alunos do Colégio Militar do Rio de Janeiro”** 53
RESENHA POR *Teresa Cristina de Carvalho Piva*

LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO 56

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO 59

editorial

2017 não pode ser celebrado como um ano favorável para a vida das crianças e jovens latino-americanos. Em muitos destes países o avanço de políticas neoliberais já trouxe, e aprofundará mais ainda, efeitos nefastos sobre a população infanto-juvenil. Essa, conforme estudos que demonstram amplamente o impacto das desigualdades sociais, é que mais sofre quando a comida é escassa, não existem serviços de saúde, a oferta de educação é de má qualidade e a existência humana dos mais pobres, ao deus-dará, não está amparada por qualquer rede de proteção social.

Alguns poucos exemplos: no Brasil, a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 55, que congela os gastos da educação e saúde, trará efetivamente uma redução do investimento nestes dois setores. Como afirmam pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA,

“Na prática, os benefícios que tais medidas podem trazer ao reduzir a dívida pública, aumentar a confiança e o investimento privado parecem ter sido exagerados, havendo forte evidência de que a iniquidade pode baixar significativamente o nível e a durabilidade do crescimento econômico.” (Vieira e Benevides, 2016:21, nossos grifos)

Na Argentina, há pouco foi aprovada na Câmara dos Deputados a lei de reforma previdenciária, cujo objetivo é poupar algumas dezenas de bilhões de pesos anuais à custa da diminuição dos reajustes de pensões, aposentadorias e da Quota Universal por Filho – programa de assistência social para quem tem filhos/as. O recém eleito presidente Sebastian Piñera no Chile, empresário bilionário dono de uma das maiores fortunas do país, pretende levar o Chile ao clube dos países “desenvolvidos”, estabilizar a dívida pública, reduzir a tributação para as empresas e aprovar a reforma da Previdência. Enfim, os governos golpista de Temer, de Macri e do futuro presidente do Chile, para mencionarmos apenas alguns exemplos, não tem sido, ou serão, auspiciosos para mudar a situação de enormes injustiças que minam e destroem as expectativas de vida melhor para milhões de crianças e jovens destes países.

E aqui, por meio do periódico DESIDADES, continuamos a apostar na construção de uma plataforma de diálogo e interlocução pública sobre a infância e a juventude latino-americana, a despeito do desmonte que se tem produzido no país em relação ao patrimônio público. E seguimos apostando que a construção desta interlocução entre pesquisadores, docentes, estudantes, profissionais, gestores públicos e público, em geral, pode contribuir na sensibilização das questões da infância e juventude. Afinal, a se perguntar que tipo de sociedade queremos construir, temos que incluir as demandas deste segmento que, certamente, priorizarão o “bem viver” mais do que o desenvolvimento (de la Cuadra, 2015), a comida na mesa todos os dias mais do que a meta sanguessuga da “estabilização da dívida pública” em que a renda bilionária de alguns cresce em detrimento de se assegurar direitos básicos para muitos.

Nesta edição, apresentamos dois artigos na seção Temas em Destaque, um sobre jovens cubanos e suas trajetórias laborais, da pesquisadora Karima Bello Oliva e outro sobre a produção de sexualidades heteronormativas de jovens brasileiros inseridos em grupos religiosos neopentecostais, dos pesquisadores Rodrigo Kreher e Neuza Guareschi. A entrevista, com a pesquisadora Renata Tomaz, versa sobre os novos modos de ser e relacionar-se na infância a partir das redes sociais, YouTube e internet. Apresentamos também as resenhas dos livros *Jovens, câmera, ação: reflexões sobre os usos dos dispositivos móveis de mídia em um projeto de mobilização social*, de Jaileila Menezes, Karla Galvão Adrião e Luis Felipe Rios, feita por Paloma Silveira; e *Estamos alunos: um estudo sobre a identidade contemporânea dos alunos do Colégio Militar do Rio de Janeiro*, de Fábio Facchinetti Freire, feita por Teresa Cristina de Carvalho Piva. Temos também o prazer de apresentar aos leitores o levantamento de 18 obras sobre infância e/ou juventude, no âmbito das ciências sociais e humanas, publicadas ao longo do último trimestre.

Boa Leitura!

Lucia Rabello de Castro
EDITORA CHEFE

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DE LA CUADRA, F. Buen vivir: una auténtica alternativa post-capitalista? *Polis*, n. 40, p. 1-10, 2015.
- VIEIRA, F.; BENEVIDES, R. **Os impactos do novo regime fiscal para o financiamento do Sistema Único de Saúde e para a efetivação do direito à saúde no Brasil**. Nota Técnica, IPEA, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Brasil, 2016.

COM OS AGRADECIMENTOS DA EQUIPE EDITORIAL DA DESIDADES

NOMINATA DE CONSULTORES AD-HOC ANO 2017

Alexandre Bárbara Soares – Brasil, Universidade Federal Fluminense
Ana Cristina Delgado – Brasil, Universidade Federal de Pelotas
Ana Cristina Serafim da Silva – Brasil, Universidade Federal do Tocantins
Ana Lila Lejarraga – Brasil, Universidade Federal do Rio de Janeiro
André Luiz Strappazzon – Brasil, Faculdade Cesusc
Conceição Firmina Seixas – Brasil, Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Cristiana Carneiro – Brasil, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Dalva Borges de Lima – Brasil, Universidade Federal de Goiás
Edson Guimarães Saggese – Brasil, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Elias Evangelista Gomes – Brasil, Universidade Federal de Alfenas
Fernanda Muller – Brasil, Universidade de Brasília
Gleice Virgínia Medeiros de Azambuja Elali – Brasil, Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Janaína Sampaio Zaranza – Brasil, Universidade Federal do Ceará
Janine Helfst Leicht Collaço – Brasil, Universidade Federal de Goiás
Leila Maria Amaral Ribeiro – Brasil, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Leny Cristina Soares Souza Azevedo – Brasil, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Lucélia de Moraes Braga Bassalo – Brasil, Universidade do Estado do Pará
Lúcia Helena Vitalli Rangel – Brasil, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Luciana Lobo Miranda – Brasil, Universidade Federal do Ceará
Luis Antonio Groppo – Brasil, Universidade Federal de Alfenas
Marcelo Moreira Neumann – Brasil, Universidade Presbiteriana Mackenzie
Márcia Stengel – Brasil, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Marcos Cezar de Freitas – Brasil, Universidade Federal de São Paulo
Maria Alice de Lima Gomes Nogueira – Brasil, Universidade Federal de Minas Gerais
Maria Angela D’Incao – Brasil, Universidade Estadual Paulista
María Celeste Hernández – Argentina, Universidad Nacional de La Plata
Maria Guadalupe Lopez-Vega – México, Universidad de Guadalajara
Maria Helena Augusto – Brasil, Universidade e São Paulo
Maria Regina Maciel – Brasil, Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Mariana Palacios – Argentina, Universidad de Buenos Aires
Mariana Paladino – Brasil, Universidade Federal Fluminense
Mirela Figueiredo Santos Iriart – Brasil, Universidade Estadual de Feira de Santana
Nair Monteiro Teles – Brasil, Fundação Oswaldo Cruz
Patrícia Pereira Cava – Brasil, Universidade Federal de Pelotas
Raquel Corrêa de Oliveira – Brasil, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rita de Cássia Alves Oliveira – Brasil, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Rogelio Vazquez – México, Universidad de Guadalajara
Rosana Katia Nazzari – Brasil, Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Rosângela Francischini – Brasil, Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Saraí Schmidt – Brasil, Universidade Feevale
Sílvia Pereira Benetti – Brasil, Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Sônia Margarida Gomes Sousa – Brasil, Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Zanei Ramos Barcellos – Brasil, Universidade de Brasília



IMAGEM: Karima Oliva Bello

Jovens e a precarização do trabalho: o caso do *cuentapropismo*¹ em Cuba²

Karima Oliva Bello

1 Termo usado dentro do contexto cubano para fazer referência àquela atividade de trabalho que não se encontra subordinada à administração do Estado e corresponde à iniciativa privada. As pessoas que trabalham nesse setor são chamadas de ‘trabajadores por cuenta propia’ (trabalhadores por conta-própria).

2 A presente pesquisa foi realizada com o apoio do Programa de Estudantes-Convenio Pós-graduação (PEC-PG) - CAPES, Brasil

O presente artigo se deriva de uma pesquisa que visou compreender como os processos de vulnerabilização, relacionados à atualização do modelo econômico cubano, afetam os jovens em desvantagem socioeconômica de Havana. Foca-se, sobretudo, no impacto subjetivo que esse processo acarreta para estes jovens quanto a seus projetos de realização pessoal e coletiva. Foi realizada uma imersão de 6 meses em uma comunidade de Havana com marcados indicadores de desvantagem socioeconômica. Foram entrevistados, de forma grupal e individual, 55 mulheres e homens, de cor preta, branca e mestiça, de rendas médias, baixas ou sem rendas, moradores na comunidade e em outros bairros em desvantagem socioeconômica de Havana. Além das jornadas de observações participantes na comunidade, foram realizadas 6 entrevistas grupais abertas, 15 entrevistas individuais semi-estruturadas em profundidade e uma sessão de trabalho grupal. Também foram realizadas três entrevistas a pesquisadores especialistas e duas entrevistas a atores locais. Além disso, foi importante a participação em uma oficina com jovens pesquisadores sobre as novas formas de gestão econômica e seu impacto para a juventude cubana. Finalmente, discursos e documentos oficiais foram analisados.

As diferentes ocupações dos jovens entrevistados permitiram o acesso a parte da diversidade da juventude cubana contemporânea: estudantes universitários; jovens recém-formados trabalhando no setor estatal; estudantes do ensino médio – técnicos, principalmente; técnicos empregados no setor estatal com salários muito baixos; empregados ou subempregados no setor não estatal com vínculo instável, informal e com pouca remuneração; e jovens desvinculados do estudo e do trabalho, vinculados a atividades ilegais, ou ex-presidiários agora desempregados. Não estabelecemos contato com os jovens através das escolas ou instituições de ensino, e isso fez com que a amostra de participantes incluísse jovens totalmente à margem das instituições, o que, ao mesmo tempo, determinou que suas falas diferissem daqueles depoimentos levantados em pesquisas feitas dentro do contexto escolar fundamentalmente.

No grupo entrevistado, aparecem problemáticas vinculadas à juventude cujas experiências de vida podem ser situadas nos novos contextos emergentes da sociedade cubana. A nosso entender, torna-se cada vez mais importante colocar em perspectiva a diversidade da juventude em Cuba e quebrar a histórica ligação “jovem = estudante”. A ruptura dessa ligação, que fixa a categoria de jovem à de estudante, pode abrir uma brecha para a emergência de um conjunto de temáticas que antes não foram suficientemente associadas ao universo das questões tratadas acerca da juventude cubana, tais como pobreza, marginalização, desigualdade, ação, política, participação, subjetivação, autonomia, consumo.

O presente trabalho focaliza, especialmente, a problemática do trabalho, no caso, os jovens vinculados ao *cuentapropismo*, no setor não estatal, um dos temas destacados dentre os resultados da pesquisa. Queremos salientar que os resultados derivados da presente pesquisa dão conta, de forma ainda exploratória, da experiência de um grupo de jovens, e não podem ser generalizados a todas as juventudes cubanas, nem a todos os jovens vinculados aos empreendimentos do setor não estatal.

Jovens cubanos e as condições de trabalho no setor não estatal

Quanto ao trabalho no setor não estatal, um dos aspectos mais trazidos pelos jovens, no que se refere ao impacto da atualização do modelo, tem a ver com as novas formas de gestão econômica impulsionadas em Cuba. O *cuentapropismo*, em especial, sobressaiu-se. Trata-se de um termo usado dentro do contexto cubano para fazer referência àquela atividade de trabalho que não se encontra subordinada à administração do Estado, mas corresponde à iniciativa privada. As pessoas que trabalham nesse setor são chamadas de ‘trabajadores por cuenta propia’ (trabalhadores por conta-própria). Trata-se de um leque muito diverso de trabalhadores, que inclui os donos dos negócios, como restaurantes, cafeterias etc., mas também os empregados contratados nesses estabelecimentos. Assim, os tamanhos, investimentos e rendimentos de cada negócio também variam muito. Podem ser pequenas cafeterias em lugares da periferia ou caros e luxuosos restaurantes em lugares privilegiados da cidade. Regras e condições de trabalho são acordadas individualmente de modo informal entre empregadores e empregados. Aspectos como salários, horários de trabalho etc. – que são estabelecidos de acordo com leis e pactos coletivos no setor estatal – são livremente determinados e estabelecidos pelos donos dos empreendimentos, sem regulamentação.

Aqui, o salário, em geral, é mais alto que no setor estatal, segundo explicam os jovens, e eles recebem maior renda, alegam usufruir de uma maior independência econômica e sentem uma maior satisfação nesse sentido. Não obstante, para além do salário, outras questões sobressaem quanto às condições de emprego no setor não estatal. Por exemplo, uma atividade representativa do setor não estatal prevaletente na comunidade em que jovens são empregados sem autorização são os ‘bicitaxis’³. Vários ‘bicitaxis’ pertencem a um mesmo ‘dono’⁴. Um jovem com quem falei dirige o dia todo, também de noite, enquanto houver demanda do serviço, segundo ele. O moço não tem férias, no entanto, se tiver algum problema, pode falar com o ‘dono’ e pedir autorização para não trabalhar nesse dia. O trabalho é cansativo demais, segundo informa. Entrega diariamente ao ‘dono’ uma quantidade fixa de dinheiro, às vezes consegue ficar com mais dinheiro para ele, às vezes com menos, dependendo da demanda do serviço, mas assim vai “resolvendo”⁵. Ele não é de Havana, é do lado leste do país e veio a Havana para “lutar”. Não está contente com as condições de seu emprego, mas foi o que encontrou. Mora com uma mulher e na sua casa nunca falta comida porque ele trabalha. Tem 22 anos.

3 Taxi que é uma bicicleta.

4 Modo como os jovens se referem aos proprietários de carros, bicitaxis, restaurantes etc. dentro do *cuentapropismo*. Dado muito interessante, porque enquanto na narrativa oficial se usa o termo ‘cuentapropistas’ ou trabalhador por conta própria, para se referir a todos aqueles envolvidos no setor não estatal de forma homogênea, no imaginário dos jovens se expressa uma clara distinção entre os proprietários e os que são simplesmente empregados. A saber, na narrativa dos jovens se perfilam dois atores sociais com condições de vida e interesses bem diferenciados em função da propriedade.

5 Usamos as aspas nesses casos para sublinhar expressões ou palavras próprias dos jovens extraídas literalmente das suas falas.

A maioria dos ‘bicitaxeros’ com quem conversamos era formada por jovens mestiços, quase sempre reunidos quando não tinham passageiros, esperando que estes chegassem, conversando sentados nos ‘bicitaxis’. Pode-se perguntar se eles conversam sobre suas condições de trabalho, situações que os descontentam e estratégias para negociar com os ‘donos’ melhores condições. A partir do depoimento deste jovem, verificamos que esses temas não são tratados.

Como identificado nas entrevistas, destaca-se que os jovens entrevistados empregados no setor não estatal não realizam esta atividade de forma legal nem estão filiados ao regime de Segurança Social que rege esse setor desde setembro de 2011. Quanto a trabalhar de forma ilegal sem se filiar, os jovens nos contam:

É conveniente para ambas as partes, o dono não paga por te empregar e você também não paga à Secretaria Nacional de Administração Tributária (ONAT) por estar empregado [...] como não era um trabalho estável, não fazia muito sentido filiar-me sem saber quanto ia permanecer ali [...] trabalhar sem licença foi estressante pelo medo de ser punido pela polícia, mas não fazia sentido para mim assinar um contrato para realizar uma atividade temporária. (Fragmento da entrevista com Sofia⁶, estudante universitária que trabalhou no setor não estatal sem licença).

Já trabalhei por contrato e não faz muita diferença, os contratos nem sempre se respeitam, na verdade, é algo formal porque os donos fazem o que eles desejam [...] em todos os lugares as regras do jogo não são sempre as mesmas. Há lugares onde se assinam contratos, mas não se cumprem e, ao final, o trabalho não se organiza de acordo com o escrito no papel, enquanto tem lugares que nem existe o contrato. (Fragmento da entrevista com Nina, estudante universitária que trabalha como garçonne sem licença nem autorização da Universidade).

Prefiro não assinar contrato para não ter que pagar o imposto à ONAT. (Fragmento da entrevista com Roberto, jovem contratado no setor não estatal sem licença).

Em geral, existe entre eles um grande desconhecimento sobre o regime de Segurança Social e as leis vigentes para o trabalho no setor não estatal em que estão envolvidos. A filiação ao regime de Segurança Social – processo diferente de assinar um contrato entre empregador e empregado sem mediação do Estado – se materializa na solicitação da licença para trabalhar às autoridades competentes e, além de obrigatória, é indispensável para ser protegido no caso de “velhice, incapacidade total temporal ou permanente, morte de familiar ou gravidez”, segundo estabelecido no Decreto-lei 278 de 2011 (Cuba, 2011).

6 Todos os nomes de jovens que aparecem no texto são fictícios.

Em geral, a lei estipula que os trabalhadores devem pagar impostos sobre os rendimentos pessoais, bem como os empregadores pela utilização de força de trabalho, a saber, pelo número de pessoas contratadas. O cenário de ilegalidade descoberto nas entrevistas se coaduna com dados oficiais. Rodríguez (2017) informa que uma das manifestações mais comuns de evasão fiscal no setor não estatal se refere ao número de pessoas não inscritas como contribuintes que são contratadas de forma ilegal por proprietários com licença. Nesses casos, ambos, empregador e empregado, são sancionáveis segundo a lei.

Na verdade, o desinteresse dos jovens entrevistados sobre os direitos garantidos pelo regime de Segurança Social é resultado da avaliação de benefícios e custos da filiação. Poderíamos considerar que tanto empregadores quanto jovens empregados se beneficiam da evasão fiscal. Não obstante, os jovens ficam em condições vulneráveis, sem uma mediação legal para negociar suas condições de trabalho. Na verdade, trabalham sem um contexto normativo que garanta direitos:

Nada disso existe – se referindo a férias, licenças etc. (Fragmento da entrevista com Roberto, jovem contratado no setor não estatal sem licença).

Tudo isso é combinado com o dono. (Fragmento da entrevista com Maria, mãe solteira sem emprego que já trabalhou no setor não estatal).

O dono te explica as regras e se você não gostar vai embora. (Fragmento da entrevista com Javier, atualmente sem emprego, mas que já trabalhou no setor não estatal).

Nesse contexto, os jovens entrevistados empregados em negócios mais rentáveis narram ofensas verbais e abusos por parte do pessoal que administra o negócio ou dos donos – em sua maioria homens brancos, entre 40 e 50 anos, de alta renda:

Eles – os donos – têm um estilo de vida caro, casas grandes, roupa cara, bons carros e viagens [...]. Em todos os lugares onde já trabalhei sempre foi assim – se referindo ao maltrato verbal – quando não é no começo é no final, sempre te tratam mal, gritam com você, te ofendem. É bastante comum nesse tipo de negócios, é como para deixar claro que, se você não faz as coisas do jeito que os donos querem, você vai embora. Os donos se sentem com autoridade de dizer qualquer coisa, de ofender porque estão incomodados por alguma razão ou não gostaram do jeito que você fez as coisas. (Fragmento da entrevista com Nina, estudante universitária que trabalha como garçonete sem licença nem autorização da Universidade).

Eles maltratam e exigem, é certo que pagam mais, mas talvez nem pagam o que deveriam, só pensam em ter ganhos e lucrar. (Fragmento da entrevista com Javier, atualmente sem emprego, mas que já trabalhou no setor não estatal).

O principal critério em que se baseia esse trato desrespeitoso tem a ver, segundo os jovens, com a diferença de status econômico. Para eles, é a forma de o dono dizer: “esse aqui é meu negócio, sou eu quem tem poder e dinheiro, você não tem nada, é só meu empregado”, nas palavras dos jovens.

Por sua vez, os jovens relatam que existem critérios orientando os processos de seleção de pessoal em determinados negócios de luxo, como a aparência física, falar inglês, “ter charme”, segundo informam:

Eles te falam disso explicitamente, ou seja, te dizem “estamos buscando meninas com tais características”, olham para ti, como você leva o cabelo, teu corpo, tua aparência em geral. Também são muito demandados jovens universitários porque, em geral, falamos outro idioma, temos certa formação e isso faz com que tenhamos melhor preparação e charme para atender clientes estrangeiros ou de alta renda. (Fragmento da entrevista com Nina).

Em alguns ramos do setor, os critérios estéticos e de outro tipo estão operando como elementos discriminatórios quanto aos padrões de contratação com base em valores próprios de uma cultura patriarcal, autoritária, elitista ou racista. No dia 2 de julho de 2017, o jornal *Trabajadores*, da imprensa estatal cubana, denunciava um caso de discriminação racial. Uma jovem de pele negra foi agredida verbalmente e expulsa de um táxi particular pelo taxista, dono do táxi, que alegou que não gostava “dos negros e no seu táxi ele não transportava negros” (Pérez, 2017). Se relacionarmos este fato com as experiências dos jovens, o acontecimento revela o desafio que representa a abertura do setor não estatal em matéria dos valores aí emergentes e aqueles que visam a regular as relações humanas dentro de um processo que se propõe a construir o socialismo.

A necessidade de atualização das organizações sindicais em Cuba diante do novo contexto

Por sua vez, os depoimentos dos jovens mostram, como evidenciado nos estudos sobre o tema em Cuba, um cenário de reconstituição do modelo de relações laborais e de aparição de novos atores (Izquierdo, 2015). Assim, é claro que as mudanças das formas de gestão econômica e a consolidação do setor não estatal têm correlato em uma mudança das relações de trabalho e no surgimento de uma matriz diferente de valores atravessando essas relações, a saber, tem um correlato na emergência de novos modos de subjetivação.

Ainda que os jovens se queixem das extensas jornadas de trabalho, maltrato verbal, clima autoritário dos administradores, além de reconhecerem não ter direito a demandar nada mais do que o salário, eles se contentam em receber uma remuneração maior do que no setor estatal:

É certo que você tem que trabalhar muito, mas o dinheiro faz a diferença [...]. Tem vezes que eu nem quero acordar, mas preciso do dinheiro, olho para o teto da casa em mal estado e digo-me “tenho que seguir”. Sinto-me jovem, forte e com vontade de ganhar dinheiro. (Fragmento da entrevista com Erick).

Gosto de quebrar o tabu social existente em Cuba de que os pais têm que proteger e sustentar os filhos até eles se formarem e ainda depois disso. (Fragmento da entrevista com Nina).

Destacam-se aqui o sentido de autonomia no plano econômico, o respeito aos pais, inclusive a possibilidade de contribuir para a renda da família como motivos fundamentais para a vinculação do jovem a este tipo de trabalho. Quando perguntados se eles falavam entre si sobre suas condições de trabalho ou se alguma vez imaginaram como reclamar, no mínimo, melhores horários ou salários a seus empregadores, a resposta foi sempre negativa:

Para quê? Você tem que fazer o que o dono mandar senão você vai embora [...]. É duro o trabalho, mas te pagam mais do que no setor estatal e diariamente. (Fragmento da entrevista com Umberto).

Não existe nenhuma instância, eles não se subordinam a nenhuma lei sobre como administrar seu negócio. (Fragmento da entrevista com Nina).

Reclamar o que, se você nem tem contrato. (Fragmento da entrevista com Roberto).

A fala dos jovens nos lembra a referência que Luis (2017) faz a um escrito de dirigentes sindicais sobre o capitalismo cubano no século passado, “quando cada trabalhador reclamava individualmente ao patrão e ele podia não se preocupar com a queixa, ameaçá-lo com a expulsão, ou deixá-lo realmente sem emprego, pois sempre poderia encontrar um novo trabalhador”. Para Luis (2017), esta oposição entre os distintos atores laborais está reemergindo com nuances particulares no contexto laboral atual. Assim, o autor destaca que existe um “atraso” na transformação das organizações de massa com relação às dinâmicas atuais da economia e sociedade cubanas.

A filiação sindical, embora esteja legalmente concebida para esse setor, não interessa aos jovens entrevistados. O modelo atual sindical é inoperante diante das novas dinâmicas sócio-produtivas não estatais de gestão do trabalho e não projeta estratégias efetivas para a resolução dos conflitos que podem estar emergindo nesse contexto. A filiação segue uma lógica mecânica de inserção que não favorece a participação sindical nesses espaços (Izquierdo, 2015).

Filiar-se não é um mecanismo aproveitado pelos jovens entrevistados, mesmo se tratando do fato de que a filiação sindical talvez pudesse dar conta de um debate público sobre os alcances e limitações das novas formas de gestão econômica: seja explicitando possíveis conflitos entre os atores laborais emergentes, seja criando condições de legalidade para relações laborais mais justas, assim como ações para reivindicar direitos laborais.

No entanto, a fala dos jovens corrobora o já afirmado pela Secretaria Geral do Comitê Provincial da Central de Trabalhadores de Cuba quando destaca a falta de compreensão por parte dos trabalhadores não estatais da importância de pertencer a essa organização (Forteza, 2016). É claro que não basta enunciar essa falta de compreensão dos trabalhadores, mas é preciso analisá-la como uma questão chave. A descoletivização, o enfraquecimento dos coletivos sindicais e sua cooptação, é uma das ameaças mais importantes que enfrentam os trabalhadores nas sociedades capitalistas contemporâneas, e um dos fatores chaves para compreender os processos de vulnerabilização nesses contextos. No caso cubano, a problemática sindical, com suas singularidades, deve levar a uma análise profunda sobre o papel dos sindicatos nesta sociedade e o modo como eles devem se atualizar e se reinventar na nova conjuntura.

No *Congreso Internacional de Investigadores sobre Juventud*, celebrado em Havana, em março de 2016, os jovens pesquisadores evidenciaram que o modelo de organização sindical tradicional presente no setor estatal, onde são outras as relações de trabalho e outros os atores envolvidos, e no qual, às vezes, existe até um solapamento entre “sindicato e instituição”, talvez não se adeque às características do novo contexto. Assim, eles defendem o critério de que, diante das novas formas de gestão econômica, a discussão sobre a função dos sindicatos tem que ser retomada, em especial, discutir sobre seu papel na defesa dos direitos desse novo grupo de trabalhadores e sua importância nesse sentido.

Por sua vez, não existe um sindicato que agrupe de maneira particular os trabalhadores ‘cuentapropistas’, categoria que, além de, na narrativa oficial, nomear tanto proprietários como empregados, abriga grandes diferenças entre os grupos existentes onde pode haver conflitos de interesses (Luis, 2017). Dentre os jovens entrevistados, incluiu-se, por exemplo, a vivência de uma jovem empreendedora entrevistada como dona da sua “própria empresa” junto ao seu companheiro. Essa vivência é a de uma jovem que constrói um espaço para “inovar, criar”, nas suas palavras. A jovem descreve seu novo contexto laboral como um espaço de total autonomia e autodeterminação. Diferentemente de outros jovens empregados no setor não estatal que, ao invés, relatam a vivência daqueles que falam desde uma posição subalterna, esta jovem fala de liberdade e autonomia.

Os jovens utilizam o termo ‘cuentapropista’ para nomear, em geral, a nova forma de gestão econômica, mas, ao falarem de situações concretas ligadas ao trabalho, ou se referirem a seus empregadores em particular, usam o termo ‘dono’. Os resultados desta pesquisa chamam a atenção sobre como o uso da categoria ‘cuentapropista’, de modo homogeneizador, a nosso entender, contribui para ofuscar tanto as diferenças entre atores laborais distintos como as contradições e complexidades das relações entre estes novos atores, sem que conflitos de interesses existentes possam ser nomeados.

É claro que o papel dos sindicatos nas sociedades contemporâneas dá margem para uma análise muito polêmica, sobretudo na cena atual, em que políticas neoliberais têm precarizado ao máximo o mundo do trabalho e, concomitantemente, atacado as entidades sindicais e qualquer forma de organização coletiva. Como parte desses

mecanismos de varrer o poder de resistência e luta dos sindicatos, líderes sindicais também são comprados por grupos de poder e respondem a seus interesses, distorcendo a função sindical. Muitos sindicatos servem aos fins dos interesses privados, fazendo parte de suas estruturas de controle. Isso é um fato. Assim, qualquer análise sobre a necessidade de reinventar o papel das organizações sindicais em Cuba tem que ser uma análise contextualizada que leve em conta as problemáticas e perigos acima referidos.

O desafio está em abrir as organizações existentes a novas discussões, muito mais amplas, afinadas com as problemáticas e contradições que emergem no novo setor, onde os atores laborais emergentes possam encontrar um fórum efetivo de debate. Isso significa que os espaços de discussão e agendas devam se circunscrever ao rumo dos interesses dos atores envolvidos, ao terem que enfrentar o posicionamento de grupos alinhados com novos ou antigos poderes econômicos, focados em interesses individuais e de lucro de determinados setores, em menosprezo dos interesses coletivos.

No atual modelo de ajuste econômico cubano, parece necessária a captação das contradições emergentes das novas formas de gestão econômica para os espaços de debates coletivos frente à possibilidade de assistir ao desenvolvimento de uma fratura social; ao mesmo tempo, parece necessária a criação de condições para que as organizações possam se revitalizar, reinventar-se como mecanismos de democratização, trazendo à tona as novas condições sócio-históricas. Eis aí uma grande questão. Os problemas dos novos atores – emergentes no contexto das novas relações laborais –, têm que ser socializados. Sobretudo porque, como contexto para a produção de novos padrões de subjetivação pública, as novas formas de gestão econômica podem estar condicionando – na dimensão subjetiva – um avanço mais radical e irreversível endereçado à privatização dos sujeitos na sociedade cubana. A saber, a preocupação com o lucro, com o ganho individual em desprezo do coletivo, a adesão a estilos autoritários nas relações laborais, entre outros aspectos, por não serem discutidos, por não mobilizarem uma resistência coletiva, podem ser grandes ameaças para qualquer projeto social de coletivização.

Não queremos demonizar o *cuentapropismo* cubano, pelo contrário, ele pode estar gerando um dinamismo social interessante, potencialmente favorável. No entanto, queremos trazer à tona as contradições que atravessam sua existência frente aos valores e interesses coletivos. Se, como medida econômica, pode ser bom, gerar certo dinamismo econômico, beneficiar a determinados grupos da população cubana, gerar novas fontes de emprego para alguns setores, de um ponto de vista ideológico, político e público, pode ser potencialmente ruim.

Potencialmente não é necessariamente. A diferença entre um e outro está na medida em que sejamos capazes de captar, recriar, reinventar as lógicas próprias de produção de subjetividades de um espaço privatizado pela relação mercantil para fins de um processo social que assume como seu escopo e objetivo o bem-estar coletivo. Ao menos, seria necessário “dominar o demônio” que tais lógicas de produção contêm. As entrevistas com os jovens nos levam a pensar que o primeiro passo poderia ser ventilar publicamente discussões sobre esses temas com os atores envolvidos e a população em geral. É necessário um poder de imaginação e invenção que somente poderá ganhar força como um processo de construção coletiva.

Crise do sentido do trabalho para jovens empregados no *cuentapropismo*

Além de corroborar as pesquisas atuais sobre o tema, os depoimentos dos jovens nos revelam outra ordem de questões: a falta de uma perspectiva crítica que dê conta de sua condição laboral, de seu devir como ator político que se importa com as formas de articulação coletiva e os mecanismos de reivindicação de direitos. Junto à lentidão das organizações para responder frente aos novos desafios, existe um atraso na reação dos jovens diante da reconfiguração das relações laborais em matéria de resposta política. O correlato subjetivo da emergência desta relação entre os novos atores “proprietários” e “contratados”, no que se refere aos jovens em uma posição subalterna, esgota-se na recompensa econômica que percebem e na queixa individual. Os jovens não se importam com as condições de trabalho nem com os conflitos explícitos ou latentes entre eles e seus empregadores, pois tudo parece se resumir a “ganhar mais”. E isso está apontando para uma crise importante do sentido do trabalho dentro da sociedade cubana para o setor da juventude: a mercantilização do trabalho.

Esse enfoque de cunho liberal, identificado nos depoimentos dos jovens entrevistados, coincide com a caracterização que Torres e Ortega (2014) fazem da cultura política de um grupo de ‘cuentapropistas’ cubanos. As autoras afirmam que, no caso dos sujeitos da sua amostra, tudo se resume a “trabalhar mais para ganhar mais”, sem uma análise política sobre as condições de trabalho no novo contexto. Para as autoras, o anterior diz respeito às carências econômicas que, desde a década dos noventa, afetam grande parte da população dentro de um contexto de desigualdades, bem como à ênfase do discurso oficial nos aspectos econômicos da atualização do modelo, que conduz à desarticulação entre as noções de economia e política no imaginário social.

Analisando a situação dos coletivos laborais nas sociedades capitalistas contemporâneas, Alves (2010) salienta que,

[...] a ofensiva do capital significou a vigência da ideologia do individualismo na vida social. Desvalorizam-se práticas coletivistas e os ideais de solidarismo coletivo [...] disseminam-se na cultura cotidiana influenciada pela mídia, publicidade e consumo, os ideais de bem-estar individual, interesse pelo corpo e os valores individualistas do sucesso pessoal e do dinheiro. É nesse mesmo contexto histórico-cultural que ocorre a degradação da política, no sentido clássico, e a corrosão dos espaços públicos enquanto campo de formação da consciência de classe contingente e necessária (Alves, 2010, p. 11).

Sem que possamos utilizar essa análise como marco referencial para compreender as dinâmicas emergentes no contexto cubano, chama a atenção a emergência do sentido utilitário e mercantilista do trabalho para os jovens em Cuba, sem considerar o significado político das novas relações laborais no setor não estatal.

O desafio de privilegiar formas de produção mais coletivistas e locais

Por outro lado, a pouca referência às cooperativas por parte dos jovens nos leva a pensar que essa forma de gestão econômica, que tem a ver mais com um projeto de participação coletiva, é pouco visualizada por eles dentro de seus horizontes. Não obstante, é um modelo de gestão desejado por alguns deles. Nas entrevistas grupais, as jovens que fazem um curso como cabelereiras se questionam com incômodo porque antigos locais estatais de cabelereiros e barbeiros do bairro passaram a ser arrendados por particulares que, segundo elas, “privatizaram o serviço”:

A melhor opção era entregar esse local a um grupo de nós da comunidade e nos ajudar com alguns recursos para juntas empreender o negócio e brindar o serviço a todos. (Fragmento das falas das jovens nas entrevistas grupais).

Para as jovens, o arrendamento faz com que “o que antes era do povo, de todos, passa a ser de um dono, que tem dinheiro para investir e brindar um serviço de maior qualidade do que o Estado, mas não favorece o “povo” porque os preços são muito caros e o dono só pensa em seus ganhos”, segundo elas relatam.

Consideramos que o incômodo com o modelo de privatização e a reclamação da possibilidade de se empreender iniciativas de cunho mais coletivo é um aspecto positivo que poderia instigar as autoridades competentes a compreender a importância de privilegiar, estimular e alavancar, dentro das novas formas de gestão econômica, a cooperativa como modelo de produção coletiva mais de acordo com um projeto de sociedade mais colaborativo e solidário.

No entanto, autorizações para o desenvolvimento do cooperativismo no país têm acontecido em um ritmo lento. Uharte (2016) informa que “em parte, existe um temor compreensível a respeito dos riscos do cooperativismo já que foi a forma encoberta que assumiram negócios privados na transição ao capitalismo na antiga URSS, segundo advertem analistas cubanos”. Se bem que o cooperativismo pode dar lugar ao estabelecimento de alianças estratégicas de determinados atores em Cuba com poderes econômicos e interesses corporativistas, mas isso dependerá, em todo caso, da forma como esse tipo de empreendimento coletivo seja implementado em parceria com o Estado cubano.

Trata-se de uma forma de produção com um grande potencial para favorecer relações de colaboração e coletivismo encaminhadas ao bem-estar comunitário, como demonstrado pelas experiências de cooperativas em Cuba e em outros contextos, em que o cooperativismo nas comunidades constituiu-se um fator chave no desenvolvimento de formas de vida e produção anticapitalistas.

A demanda que os jovens fazem de formas de gestão econômica mais coletivas indica uma valorização do caráter coletivo da atividade produtiva. Isso é algo positivo e avisa sobre a importância de se balancear o correlato político das medidas econômicas com o correlato subjetivo e social: não somente se trata de produzir, senão, quem e como

se produz. Torres e Ortega (2014) informam como as políticas têm favorecido formas de gestão econômica que, como o *cuentapropismo* e os arrendamentos, privilegiam relações não colaborativas, mas mercantis. Hoje, já estão autorizadas as cooperativas não agropecuárias, única forma permitida de cooperativismo que existia no país até dezembro de 2012.

A fala das jovens entrevistadas, a saber, “o que antes era do povo agora passou a ser de um dono”, traz luz sobre o fato de que a tomada de decisões cujo escopo é a rentabilidade econômica tem um impacto na esfera política. Nos depoimentos das jovens, a partir do seu conhecimento empírico, se reconectam política e economia em um sentido crítico. Enquanto no discurso oficial afirma-se que, para além das transformações econômicas o caráter socialista do sistema político cubano vai seguir sendo exatamente o mesmo, as jovens nos lembram que, para isso acontecer, deve seguir-se uma estratégia que atenuo o impacto de medidas que favorecem um sistema de relações não socialistas.

Considerações finais

Em suma, no caso dos jovens empregados no setor não estatal, os principais interesses e motivações se esgotam na remuneração econômica – que consideram maior do que no setor estatal –, sendo evidente uma tendência à mercantilização do sentido do trabalho. Ao mesmo tempo, vivenciam insatisfações e incômodos a respeito das condições de trabalho e das relações com os empregadores, mas não existe uma postura política que contribua para fazer uso dos dispositivos coletivos como a sindicalização para articular demandas e reivindicações coletivas de direitos perante seus empregadores. Isso nem é imaginado. Assim, tanto a frustração das expectativas de mobilidade social com base no trabalho estatal, como a mercantilização e despolitização do seu sentido no setor não estatal indicam a existência de uma crise dos sentidos que conectam os jovens a essa dimensão da experiência.

As medidas tomadas como parte do processo de atualização do modelo econômico se sobrepõem às desvantagens socioeconômicas de partida, fazendo com que emergjam ou se aprofundem dinâmicas sociais com um importante potencial de vulnerabilização que perpassa a condição de vida dos jovens entrevistados. Assim, novas possibilidades de empreendedorismo e consumo aprofundam e tornam mais perceptíveis as diferenças socioeconômicas vividas.

O modo como se desenvolvem as novas formas de gestão econômica dentro do setor não estatal favorece, nesse contexto particular, a emergência de dinâmicas típicas de um padrão de instabilidade e precarização laboral. Por sua vez, as marcas simbólicas dos modos de subjetivação no contexto de mudanças se caracterizam pela tendência à individualização, à mercantilização das expectativas de vida, à não identificação com as organizações existentes em alguns casos e a uma postura de evasão ou rejeição das questões políticas.

O reconhecimento dos jovens do direito a desfrutar serviços gratuitos de educação, saúde, bem como o direito ao trabalho e ao desfrute de um clima de segurança social, são também características da dinâmica da sociedade cubana. Elas dizem respeito à motivação e sentimento de valor pessoal com que os jovens – que dizem não se sentir vulneráveis, apesar das desvantagens – se representam a si mesmos, outra característica dos processos de subjetivação revelados. A busca por melhores condições materiais de vida talvez seja a marca mais importante desse processo de devir sujeitos que atravessa os jovens entrevistados. Se essa busca vai se esgotar no privado, no individual, no consumo, ou poderá se inscrever e se realizar no curso de uma construção coletiva, é a grande questão levantada pela presente pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, G. **Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório** - O novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. Disponível em: <http://www.giovannialves.org/artigo_giovanni%20alves_2010.pdf>. Acesso em: 20 out. 2017.

CUBA. Decreto-Lei 278. Del Régimen Especial de Seguridad Social para los Trabajadores por Cuenta Propia. **Gaceta Oficial de la República**. Consejo de Estado, La Habana, 2010. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbnoY3BkbG9hZHxneDoyNzlkMDJIMDE5M2QwYWVvk>>, 6 set. 2011. Acesso em: 7 jan. 2016.

FORTEZA, F. Cuentapropistas dialogan con sindicatos. **Agencia Italiana de Noticias**. Disponível em: <http://www.ansalatina.com/americalatina/noticia/cuba/2016/10/18/cuentapropistas-dialogan-con-sindicatos_93b0494c-6781-44db-89e6-bd8bcf15d943.html>. Acesso em: 18 out. 2016.

IZQUIERDO, O. **Reconfiguración de las relaciones laborales cubanas y reajuste del modelo socioeconómico**. Buenos Aires: CLACSO, 2015.

LUIS, F. ¿Cuba cambia, y los sindicatos? **Rebelión**. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/noticia.php?id=222755>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

PÉREZ, A. Discriminada por el color de su piel. **Trabajadores Órgano de la Central de Trabajadores de Cuba**. Disponível em: <<http://www.trabajadores.cu/20170702/discriminada-color-piel/>>, 2 jul. 2017. Acesso em: 23 jul. 2017.

RODRÍGUEZ, F. ONAT: más de 200 acusaciones por evasión fiscal. **Cubadebate**. Disponível em: <<http://www.cubadebate.cu/noticias/2017/02/20/onat-mas-de-200-acusaciones-por-evasion-fiscal/#.WOaF8WnhDIU>>, 20 fev. 2017. Acesso em: 25 fev. 2017.

TORRES, A.; ORTEGA, D. Actores económicos y, ¿sujetos de la política? La reforma cubana y los trabajadores autónomos. In: COLETIVO DE AUTORES, **Miradas sobre Cuba**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2014, p. 61-81.

UHARTE, L. Cuba, la conceptualización del modelo y el futuro del socialismo. **Alai**: América Latina en Movimiento. Disponível em: <<http://www.alainet.org/es/articulo/181921>>, 24 nov. 2016. Acesso em: 30 nov. 2016.

Resumo

O presente artigo se deriva de uma pesquisa que visou compreender como os processos de vulnerabilização relacionados à atualização do modelo econômico cubano afetam os jovens em desvantagem socioeconômica de Havana. Foca-se, sobretudo, no impacto subjetivo que esse processo acarreta para estes jovens quanto a seus projetos de realização pessoal e coletiva. Aos fins da presente publicação, focalizaremos especialmente a análise na problemática do trabalho, no caso dos jovens vinculados ao *cuentapropismo*, no setor não estatal. O modo como os jovens se vinculam ao *cuentapropismo* favorece, nesse contexto particular, a emergência de dinâmicas típicas de um padrão de instabilidade e precarização laboral. Por sua vez, as marcas simbólicas dos modos de subjetivação nesse contexto se caracterizam pela tendência à individualização, à mercantilização das expectativas de vida, à não identificação com as organizações existentes em alguns casos e a uma postura de evasão ou rejeição das questões políticas. A busca por melhores condições materiais de vida talvez seja a marca mais importante do processo de devir sujeitos no caso dos jovens entrevistados. Se essa busca vai se esgotar no privado, no individual, no consumo, ou poderá se inscrever e se realizar no curso de uma construção coletiva, é a grande questão levantada pela presente pesquisa.

Palavras-chave: jovens, trabalho, precarização, *cuentapropismo*.

DATA DE RECEPÇÃO: 29/09/17

DATA DE APROVAÇÃO: 28/12/17



Karima Oliva Bello

Mestrado em Psicologia Educacional pela Universidade de Havana, Cuba, e Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. Bolsista do Programa de Estudante-Convênio de Pós Graduação (PEC-PG)-CAPES (2014-2018), Brasil. Professora de Psicologia da Universidade de Havana (2005-2014). Pesquisadora do NIPIAC e Editora Assistente da Revista DESidades.

E-mail: koliva2009@gmail.com



IMAGEM: Andre Larsson

Ou caminha com Deus ou dança com o Diabo: igrejas neopentecostais e o dispositivo da sexualidade

Rodrigo Kreher

Neuza Maria de Fátima Guareschi

Introdução

Neste artigo, discutimos como as igrejas neopentecostais exercem práticas de governo da sexualidade na vida de seus jovens e fiéis. Para isso, partimos de um recorte das trajetórias de dois jovens brancos, do sexo masculino, moradores do bairro Guajuviras (Canoas/RS), frequentadores das igrejas neopentecostais locais e que participaram do Projeto de Proteção de Jovens em Território Vulnerável (PROTEJO/Casa das Juventudes), vinculado ao Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI)¹.

O extinto Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) tinha por objetivo reduzir os altos índices de violência e criminalidade nas capitais e cidades de regiões metropolitanas brasileiras (BRASIL, 2007). Ao articular poder público e sociedade civil, este programa desenvolvia ações de inteligência, qualificação das forças policiais e execução de projetos sociais em regiões urbanas identificadas e entendidas como violentas e vulneráveis socialmente². Nesse formato, o PRONASCI chega a Canoas/RS em 2009, tendo como principal foco de suas ações o bairro Guajuviras, localizado na região nordeste da cidade, possuindo aproximadamente 34 mil habitantes.

A partir do ano de 2010, uma série de projetos sociais passou a compor o cotidiano do bairro, dentre eles, o Núcleo de Justiça Comunitária Guajuviras, Mulheres da Paz, Comunicação Cidadã/Agência da Boa Notícia e o Projeto de Proteção de Jovens em Território Vulnerável (PROTEJO). De acordo com a lei nº 11.530/07, o PROTEJO visava formar e incluir socialmente jovens e adolescentes expostos à violência doméstica ou urbana, bem como os que se encontravam em situação de rua, naquelas regiões geográficas onde os Territórios de Paz/PRONASCI atuavam.

No Território de Paz Guajuviras, o PROTEJO foi implementado e desenvolvido no espaço que recebeu o nome de Casa das Juventudes. Durante os anos de 2010 e 2011, desenvolveram-se, nesse espaço, atividades de sensibilização e educação para os Direitos Humanos, Inclusão Digital, Música e Teatro. Com uma equipe composta por mais de 30 trabalhadores (técnicos e educadores sociais), a Casa das Juventudes atendeu mais de 400 jovens, com idades entre 15 e 24 anos “(...) egressos do sistema prisional, que estejam em cumprimento de medidas sócio-educativas; em situação de rua, expostos às violências domésticas e/ou urbana” (Canoas, 2009, p. 2).

Através da experiência enquanto educador social em Direitos Humanos, realizando grupos de discussão e acompanhamentos de demandas individuais, foi possível indagar quanto à presença das igrejas neopentecostais na vida de alguns dos jovens participantes do PROTEJO. A partir de suas falas e posicionamentos frente a determinadas situações de trabalho, constatou-se quão intensa era a relação desses jovens com as igrejas neopentecostais estabelecidas naquele bairro.

1 A discussão do presente artigo emerge a partir da experiência de trabalho de um dos autores, que trabalhou neste projeto como educador social em Direitos Humanos nos anos de 2010-2012.

2 As regiões alvo das ações do PRONASCI eram denominadas Territórios de Paz.

Desde suas opiniões sobre os temas mais cotidianos até o desenho de seus projetos mais pessoais para o futuro, quando discutidos nos grupos de Direitos Humanos, esses pensamentos apareciam atravessados pela experiência de frequentarem tais igrejas. Os elementos que compõem essa doutrina religiosa, as normas e condutas morais e os ditames em relação à elaboração de gostos, interesses e desejos, participavam em algum nível enquanto organizadores e moduladores das práticas e modos de vida exercidos por esses jovens.

Diante disso, este artigo objetiva dar visibilidade aos modos como as igrejas neopentecostais concentram um olhar mais específico sobre a sexualidade dos jovens. Para tal, tomamos os efeitos da presença das igrejas na vida de dois jovens, brancos, do sexo masculino, moradores do bairro Guajuviras e participantes do PROTEJO/Casa das Juventudes. Com isso, problematizamos a maneira como, em seus percursos, essas instituições orientam as questões relativas ao exercício da sexualidade. Deste modo, apontamos, através da orientação em atividades com esses jovens, como se estabelecia um governo da sexualidade em direção a uma heteronormatividade (Costa; Nardi, 2015).

No caminho do bem: o protagonismo juvenil como prática de governo das políticas públicas e das igrejas neopentecostais

Os grupos de Direitos Humanos no PROTEJO se subdividiam em três espaços: Oficinas Temáticas, Gestão Participativa e Projeto de Vida. O primeiro se caracterizava por ser um espaço de problematizações sobre temas tradicionalmente associados aos Direitos Humanos enquanto um sistema de garantia de direitos. Assim, partindo das histórias e experiências individuais e coletivas, discutia-se juventude, família, gênero e sexualidade, democracia, Estado e sociedade, meio ambiente, violência urbana e doméstica, tráfico de drogas, escola, trabalho e emprego, dentre outros. O segundo espaço se destinava a reuniões semanais de discussão sobre a gestão e organização da Casa das Juventudes, de modo que os jovens também participassem desse processo. O terceiro consistia em um espaço para que os jovens pudessem pensar a respeito de suas trajetórias de vida e projetar perspectivas de futuro.

A partir desses encontros, um pequeno grupo de jovens tomou a iniciativa de criar uma espécie de agremiação juvenil. Após a formação de chapas, levantamento de demandas e propostas para a Casa das Juventudes e da realização de debates com todos os participantes do projeto, um dos jovens foi eleito presidente. Surgia, assim, a Força Jovem do PROTEJO.

Esse movimento de participação dos jovens nos remete à noção de protagonismo juvenil, elemento constitutivo de grande parte das políticas públicas de juventude desde 2005, na medida em que opera como uma estratégia de produção de um sujeito jovem “envolvido por iniciativa própria na busca de solução de problemas e que, em decorrência desse envolvimento, venham a ser formuladas e construídas ações relevantes e significativas no campo social” (Gonzales; Guareschi, 2009, p. 50).

A expressão *Força Jovem* também apareceu, certa manhã, escrita em um panfleto entregue por uma senhora ao educador, quando este se deslocava para o trabalho. O panfleto com a inscrição *Força Jovem Universal*, em destaque, tinha por objetivo convidar jovens da cidade a participar desse espaço da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) destinado à juventude. Tal braço da IURD desenvolve diversas ações destinadas ao seu público jovem, desde atividades culturais, *shows* de música gospel, campeonatos esportivos e gincanas até projetos sociais e cursos em parceria com universidades.

Ainda que seja diferente da *Força Jovem* formulada pelos jovens do PROTEJO, a *Força Jovem Universal* também se aproxima da noção de protagonismo juvenil quando associa, aos jovens, características como autoestima, interesse, força de vontade, garra e capacidade, colocando-os como agentes fundamentais das ações e campanhas que realiza.

Da mesma forma, essa ideia de força formulada por algumas teorias enquanto latente e própria da juventude (Coimbra, 2003) também é tomada como possibilidade de resistência frente aos riscos, taras e vícios para os quais o mundo moderno supostamente conduziria nossos jovens, como as drogas, o crime, a bebida, a preguiça e a prática de relações afetivas e sexuais anteriores ao casamento e não heteronormativas. Integrar a *Força Jovem*, ao mesmo tempo, protegeria e encaminharia a juventude para projetos e modos de vida individuais e coletivos, econômica, política e socialmente bem-sucedidos, seguros e assegurados pelos caminhos de Deus:

O *Força Jovem Universal* (FJU) existe desde a fundação da Universal e conta com milhões de jovens em todo o Brasil. O objetivo é alcançar a juventude que se encontra perdida nas drogas, nos vícios, na criminalidade ou que sofre com um permanente vazio interior e sem perspectiva de vida. Para isso, como meio de chegar até essas pessoas, o grupo desenvolve diversas atividades culturais, sociais, esportivas e espirituais (Igreja Universal do Reino de Deus, 2015).

Com o próprio lema da *Força Jovem Universal*, *ser jovem é ser visionário*, é possível questionar em que medida o discurso que passa a circular por entre os jovens da IURD não visa a empreender escolhas de vida sustentáveis dentro de um determinado modelo e a longo prazo. Se o termo *visionário* é uma característica atribuída aos jovens, no sentido de que ser jovem é olhar para frente e além, confiante de que o futuro com Deus promete a felicidade e o sucesso, por mais tortuoso que possa ser o caminho – afinal de contas, *o futuro a Deus pertence* –, as escolhas pregressas e presentes devem ser boas o suficiente e, para isso, feitas de boa fé e desejo verdadeiro.

Assim também fizeram os marinheiros de Jack Kerouac em *Mar é meu irmão*, ao abrirem suas Bíblias e rezar na medida em que o navio deixava o porto para trás rumo à distante Groenlândia. E assim também fazem os homens de negócios, para os quais o sucesso de suas empresas e empreitadas depende da sua vontade, esforço e empenho, dos cálculos meticulosos e das boas projeções.

A questão aqui não se trata de determinar se a Força Jovem do PROTEJO recebeu esse nome tendo como inspiração a Força Jovem Universal, quando o que permite realizar tal associação e trazê-la para a discussão é problematizar que tanto o modelo de subjetividade do jovem protagonista quanto aquele do *homo oeconomicus* não começam nem terminam nas políticas públicas juvenis ou no setor privado e empresarial, mas perpassam e performam todos os domínios, na medida em que remetem a um modo de tomar as coisas do mundo e nele se posicionar desde uma racionalidade neoliberal (Guareschi; Lara; Adegas, 2010).

A cereja do bolo: a sexualidade no centro das preocupações políticas e religiosas

Antes de problematizarmos os modos como as igrejas neopentecostais exercem práticas de governo das sexualidades juvenis, faz-se necessário contextualizar como a sexualidade passou a ser objeto de governo na sociedade moderna ocidental, encontrando-se no centro das preocupações políticas e estatais. Assim, em um segundo momento, poderemos demonstrar como essa mesma preocupação passa a ser operada pelas igrejas neopentecostais.

Para tanto, trazemos a contribuição de Michel Foucault a respeito daquilo que o autor denominou por dispositivo da sexualidade, como ferramenta para interrogar sobre as práticas de governo postas em funcionamento pelas igrejas neopentecostais. De acordo com Foucault (1988), o dispositivo da sexualidade se caracteriza pela maneira como a modernidade ocidental, a partir do século XVIII, passou a produzir saberes em torno do campo das sexualidades, suas relações com os mecanismos de poder e os efeitos dessas articulações na produção de subjetividades. Nesse sentido, o autor afirma que o sujeito da modernidade é convocado a se reconhecer enquanto sujeito da sexualidade:

...por volta do século XVIII nasce uma incitação política, econômica, técnica, a falar do sexo. E não tanto sob a forma de uma teoria geral da sexualidade, mas sob a forma de análise, de contabilidade, de classificação e de especificação, através de pesquisas quantitativas ou causais (Foucault, 1988, p. 30).

Com isso, Foucault (1988) explica o surgimento do policiamento das condutas sexuais por parte do Estado, ao tomar para si o direito de determiná-las em suas dimensões biológicas e econômicas. Este policiamento não objetivou a repressão, mas a regulação do sexo, embora a repressão possa ser tomada como um de seus efeitos. Como aponta o autor, é em meados do século XVIII que os governos se depararam com o conceito de “população”, problema econômico e político que possui características próprias: “natalidade, morbidade, esperança de vida, fecundidade, estado de saúde, incidência das doenças, forma de alimentação e de habitat” (Foucault, 1988, p. 31), e que essa população se multiplicaria de acordo com o contexto social no qual está inserida.

Interessou ao Estado saber como os seus cidadãos exercem a sexualidade, que usos fazem do sexo, instigando-os a desenvolverem modos de educar e controlar suas práticas. Nesse sentido, como conclui o estudioso francês: “o que é próprio das sociedades modernas não é o terem condenado, o sexo, a permanecer na obscuridade, mas sim o terem-se devotado a falar dele sempre, valorizando-o como o segredo” (Foucault, 1988, p. 42).

Tanto no Direito quanto em outros campos de saber, como na Medicina, Psicologia e Pedagogia, catalogaram-se e codificaram-se as condutas sexuais. O Direito passou a judicializar as perversões menores, transformando-as em matéria de lei, processo e sentença. A Medicina, por sua vez, começou a tratar das irregularidades sexuais enquanto anormalidades e o tempo de vida passou a ser dividido em etapas de desenvolvimento, atribuindo a cada uma delas aquilo que pode e não pode ser praticado, cuidando rigorosamente para que, primeiro, desvios não fossem perpetrados e, segundo, caso essa vigilância falhasse, tais condutas fossem reorientadas em direção à norma.

Em relação ao modo como as igrejas neopentecostais se aproximam do dispositivo da sexualidade, a escolha de persistir pelo caminho de Deus pressupõe a concretização de um projeto de vida nos moldes daquilo que a sociedade capitalista ocidental vem afirmando como moralmente correto, justo, limpo, normal, produtivo, seguro e sadio, desde o século XVIII. Dessa forma, a organização daquela vida individual capaz de corresponder às normas e aos acordos sociais sustentados pela comunidade à qual pertence deve buscar, como aquilo que se deseja, o modelo tradicional burguês e cristão de instituição familiar.

A prosperidade e a paz espiritual, o bom uso dos prazeres e das dádivas devidas por Deus aos fiéis não se restringem ao sucesso no mundo dos negócios. Estas também advêm como recompensa direta e imediata daquela vida dedicada à formação de uma família composta pelo homem heterossexual pai, a mulher heterossexual mãe e pelos filhos e filhas educadamente bem orientados à continuação desse mesmo projeto.

No universo neopentecostal, essas questões se tornam evidentes com a campanha destinada ao público juvenil “Eu Escolhi Esperar”. Além de realizar cultos e atividades em diversas cidades do país envolvendo diretamente os jovens com o objetivo de acolhê-los e orientá-los, dentro de sua perspectiva religiosa, em relação as mais variadas questões pertinentes à juventude, essa campanha também comercializa toda uma série de produtos com a mesma finalidade.

O livro que leva o nome da campanha argumenta a favor do sexo somente após o casamento. Os livros intitulados “E-namorados” e “Como escolher a pessoa certa?” se destinam a jovens e adultos solteiros, heterossexuais e de ambos os sexos que estejam à procura de um romance sério e duradouro. Abaixo, elencamos algumas perguntas para as quais essa literatura promete ter respostas:

Deus tem uma pessoa certa para mim? Qual a idade certa para casar? Qual deve ser o limite no namoro? Como deve ser a intimidade física antes do casamento? E o beijo na boca antes do casamento? Por que ficar é pecado?

Quanto tempo deve demorar um namoro até o casamento? Como discernir quem é uma possível pessoa ideal? Quem deve abordar primeiro? Como a família pode revelar algo sobre alguém? O que fazer se a opinião dos meus pais se difere das minhas? E o beijo na boca na Bíblia antes do casamento é considerado pecado? (Junior, 2015, p.160).

Se por um lado, na sociedade ocidental moderna, o governo das populações vai se valer da mesma célula familiar como principal estratégia e campo de incidência para a sua realização, ainda que contemporaneamente esse arranjo possa assumir certa flexibilização, assim o faz por adequação, instinto de sobrevivência e possibilidade contínua de aplicação do seu próprio dispositivo de poder. Por outro lado, nas igrejas neopentecostais, esse modelo tradicional de instituição familiar encontra sua razão de ser porque esta é, em absoluto, a verdade e o caminho ensinado e esperado por Deus.

Motivo e explicação, nas religiões declaradas por meio da palavra escrita, em hipótese alguma precisam de aportes técnico-científicos, econômicos, políticos e sociais para se legitimarem. São desde sempre auto-referenciáveis. A Bíblia, assim como o Alcorão ou a Torá, enquanto principais documentos de verificação e verificação da palavra de Deus para o Cristianismo, Islamismo e Judaísmo, respectivamente, comportam toda a verdade, ao pé da letra, sem notas de rodapé e esforço interpretativo.

Dessa tradição *ipsis litteris* em relação a essas questões, também compartilham as igrejas neopentecostais. Assim, para aquelas vidas orientadas fora de um padrão heteronormativo, isto é, de um conjunto de princípios, normas e regras que instituem as práticas heterossexuais enquanto normalidade, a oferta inicial que se faz é “ou caminha com Deus, ou dança com o Diabo”. A homossexualidade, nesse contexto eclesástico, contaminada e vigiada por concepções como anormalidade, perversão e promiscuidade, é percebida como um desvio da norma divina praticado por aquele sujeito que sucumbiu às frivolidades, truques e tentações do mal, mas que pode, a qualquer tempo, se deixar ser reconduzido, com a ajuda da sua comunidade religiosa, para o plano de Deus.

Os cidadãos de bem vão para o céu, os outros, para a festa

A partir dos efeitos da presença das igrejas neopentecostais na vida dos dois jovens anteriormente apresentados, ambos brancos, com idades entre 15 e 24 anos, moradores do bairro Guajuviras, estudantes da rede de ensino público e participantes do PROTEJO/Casa das Juventudes, passamos a interrogar qual seria o modelo de sujeito neopentecostal e por meio de quais estratégias estas igrejas o têm ofertado à juventude. Circunscrevemos nossa discussão às questões que emergiram nas oficinas de Direitos Humanos com os dois jovens referidos anteriormente. Sendo assim, a partir das narrativas desses jovens, indagamos acerca de como o exercício da sexualidade pôde ser acolhido e investido por parte de suas comunidades religiosas neopentecostais.

A trajetória daquele jovem que durante o seu percurso na Casa das Juventudes/PROTEJO exerceu a função de presidente da Força Jovem ajuda a questionar tanto qual é o plano traçado por Deus quanto como ele foi posto em operação pela igreja neopentecostal da qual participa. Assim, aparece mais uma vez aquela pergunta: tão imprescindível quanto caminhar com Deus, de que maneiras e sob quais condições seguir com Ele?

Sua história nos mostra que, durante o tempo em que esteve envolvido com o projeto, esse jovem foi gradativamente se afastando da igreja. Contudo, uma reaproximação se deu a partir de uma conversa com o seu pai, quando este, em seu leito de morte, pediu que o jovem retornasse e jamais viesse a se afastar da igreja novamente. O modo como esse pedido foi recebido e processado pelo jovem não é interessante para nossa pesquisa, nem mesmo tentaremos entender se o seu retorno está relacionado à forma que ele encontrou para vivenciar o sofrimento e o luto causados pela perda de seu familiar. É a partir dos efeitos que esse regresso teve em sua vida que gostaríamos de suscitar como essa noção de reorientação para uma vida trilhada pelo caminho de Deus acabou sendo posta em funcionamento por sua igreja.

A ideia de que ofertar e elaborar, em certa medida, junto com os jovens, esboços de projetos de vida, tanto em consonância com o ascetismo flexibilizado e praticado pelas igrejas neopentecostais (Mariano, 2005), quanto úteis e necessários à comunidade religiosa local, faz-se presente. As igrejas neopentecostais operam dentro de uma lógica congregacional, no sentido de absorver certas singularidades de seus fiéis com vistas à solidificação de noções e valores de união, solidariedade e vida em comunidade (Mariano, 2005).

Apresentar-se sensível e acolhedora a determinadas práticas e interesses, mostrando o quanto são desejados e importantes para o bem comum e, ao mesmo tempo, empregando algum tipo de ingerência, não está distante da compreensão de que criar condições para que certo protagonismo possa emergir e que participar concomitantemente do seu processo de construção produz possibilidades de vida. Identifica-se uma estratégia de governo também utilizada pelas políticas públicas destinadas à juventude.

Assim, se para um grupo juvenil organizado como a Força Jovem se elegeu um representante para a Casa das Juventudes que reúne características entendidas como engajamento, entusiasmo, facilidade de falar em público, liderança e certa desenvoltura na condução de reuniões e grupos de pessoas, estas também podem percorrer a composição de um sujeito pastor. O que não se pode esperar até o momento é que recursos humanos sejam geridos pelas igrejas neopentecostais de modo diferente do tradicional.

No entanto, as condicionalidades para esse investimento e aposta no sujeito, diferentemente daquelas que foram possibilitadas nas relações cotidianas daquele projeto social local e específico, colocam-se nesse contexto neopentecostal a partir de outros princípios. É possível indagar a respeito de certos efeitos micropolíticos da recondução dessa vida para próximo daquilo que as igrejas neopentecostais têm associado a um modelo social e público de homem, heterossexual, pai de família e pastor em formação.

Pouco a pouco, os movimentos e gestos mais espontâneos tentados pelo corpo foram sendo disciplinados. O cabelo, que em algum momento experimentou adereços como prendedores e presilhas, foi ficando mais curto, aparado e rente à pele, o rosto e as unhas já não recebem qualquer tipo de produtos cosméticos e as roupas cada vez mais sóbrias e bem alinhadas. O preto e o branco substituíram as cores alegres e vibrantes e a indumentária social, composta por sapatos, calça e camisa, entra em cena. Denota-se todo um esforço posto em prática na relação entre jovem e igreja de se fazer esconder, até minguar e esmorecer tudo aquilo que foi tomado como denúncia através do corpo de uma alma que outrora havia se perdido.

Contudo, se os modos de conduzir a juventude postos em circulação pelas igrejas neopentecostais ativam noções presentes no dispositivo da sexualidade, se dão no exercício das relações mais próximas e cotidianas com os jovens, não assumindo práticas de dominação, mas de produção de acordos, combinações e negociações possíveis e interessantes para ambos os lados, então se pode afirmar que a norma também produz desejo de normalização naqueles aos quais ela se dirige. Por outro lado, assim como este é um efeito possível e perceptível, também é previsível que a mesma norma convoque a transgressão.

É com essa ideia da transgressão como efeito da norma que gostaríamos de concluir nossa análise na medida em que também existem possibilidades de vida fora da instituição e da institucionalidade religiosa e neopentecostal, de modo que, invariavelmente, essa vida em toda sua potência e possibilidade acabe privilegiando sua condução por outros discursos e estratégias.

Do lugar de quem resistiu, ou então escolheu outras possibilidades para si, trazemos a trajetória do outro jovem, também participante da Casa das Juventudes/PROTEJO nos anos de 2010 e 2011 e fiel frequentador de uma das igrejas neopentecostais localizadas no Bairro Guajuviras. Este jovem declara para a família sua orientação sexual divergente da heterossexualidade, sendo esta relativamente bem acolhida até o momento em que a não correspondência com a norma dominante passa a se fazer incômoda.

Existe certa distribuição de naturalizações a respeito da juventude que se ocupa de abordar alguns processos de vida como se esses fossem próprios e, em algum nível, restritamente permitidos e suportados pelos demais quando estes sujeitos se encontram obrigatoriamente nessa condição social que se convencionou chamar de juventude. As experiências que têm lugar na juventude acabam sendo entendidas como permissões localizadas e passageiras no tempo e no espaço até a vida adulta. Isto é o que Margulis (1996) chama de moratória social e vital.

No entanto, indagamos se o que se faz incômodo não é a frustração quando aquilo que se mostra passageiro é a expectativa de que tais desejos e afetos assim fossem. É nesse momento que os projetos de vida do jovem são tomados como denúncia daquilo que o dispositivo da sexualidade e as igrejas neopentecostais buscam impedir. Não mais caminhar com Deus, mas sim dançar com o Diabo.

Aos poucos, os olhares lançados sobre a vida deste jovem passam a enxergar somente o seu distanciamento da norma heterossexual. Assim, em seu contexto familiar, participar do grupo de dança de *funk* proposto por um companheiro de projeto, trabalhar como atendente no comércio de roupas e até mesmo cursar uma faculdade de Psicologia são tomados como sinais de seu desencaminhamento. Nesse momento, entra em cena o pastor de sua igreja, convocado para, através de conversas e aconselhamentos, reconduzi-lo ao culto e, por consequência, à norma.

Quando as tentativas de reaproximá-lo da igreja neopentecostal da família se viram fracassadas, restou apostar na disciplina da prestação de serviço militar na base aérea de Canoas/RS. Um ano deveria ser o suficiente para endireitá-lo. Mas o Diabo é ardiloso e sua música sedutora convida o corpo a movimentos desregrados. Igreja e Aeronáutica falham e o Tinhoso faz aterrissar, nesta bastante normativa e sagrada pista, desde então, o seu par de dança.

Conclusão

A discussão realizada neste artigo problematiza a forma como as igrejas neopentecostais colocam em funcionamento a noção de heteronormatividade, articulando-a com a noção de protagonismo juvenil, também presente nas políticas públicas de juventude. Assim, aproximam-se do dispositivo da sexualidade desvelado por Michel Foucault (1988), passando a operá-lo, adaptando-o de acordo com os princípios religiosos. Com isso, investem na produção de um sujeito jovem neopentecostal orientado para uma vida trilhada dentro daquilo que é entendido como o caminho de Deus.

A partir dos efeitos da presença das igrejas neopentecostais na vida de dois jovens, tornou-se possível demonstrar que tal caminho diz respeito à elaboração de projetos de vida organizados em torno da heterossexualidade, do modelo tradicional de instituição familiar, da proximidade e permanência na comunidade religiosa, atravessados permanentemente por uma racionalidade neoliberal.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007**. Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI e dá outras providências. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2007/Lei/L11530.htm>. Acesso em: 26 mar. 2017.

CANOAS, Prefeitura Municipal de. **PROTEJO**: projeto básico. Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania, 2009. 3p.

COIMBRA, C. M. B.; NASCIMENTO, M. L. Jovens pobres: o mito da periculosidade. In: FRAGA, P. C. P.; IULIANELLI, J. A. S. (Org.). **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 19-37.

COSTA, A. B.; NARDI, H. C. Homofobia e preconceito contra a diversidade sexual: debate conceitual. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 23, n. 3, p. 715-726, set. 2015.

EU ESCOLHI ESPERAR. **Mobilização**. Disponível em: <http://euescolhiesperar.com/mobilizacao>. Acesso em: 26 mar. 2017.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GONZALES, Z. K.; GUARESCHI, N. M. F. O protagonismo social e o governo de jovens. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, Manizales, v. 7, n. 1, p. 37-57, jan./jun. 2009.

GUARESCHI, N. M. F.; LARA, L.; ADEGAS, M. A. Políticas Públicas entre o sujeito de direitos e o homo oeconomicus. **Psico**, Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 332-339, jul./set. 2010.

IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS. **Força Jovem**. Disponível em: <http://www.universal.org/grupos-de-trabalho/forca-jovem-universal.html>. Acesso em: 8 jan. 2016.

JUNIOR, N. **Eu Escolhi Esperar**. São Paulo: Editora Mundo Cristão, 2015. 160 p.

KEROUAC, J. **O mar é meu irmão e outros escritos**. Tradução de Breunig. 1. ed. Porto Alegre, RS: L&PM, 2014.

MARGULIS, M. **La juventud es más que una palabra**. Buenos Aires: Biblos, 1996.

MARIANO, R. **Neopentecostales: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005. 241p.

Resumo

Este artigo objetiva dar visibilidade aos modos como as igrejas neopentecostais concentram um olhar mais específico sobre a sexualidade de jovens empobrecidos. Através da realização de oficinas em Direitos Humanos do Projeto de Proteção de Jovens em Território Vulnerável (PROTEJO) do Território de Paz Guajuviras, no município de Canoas/RS, acompanhamos dois jovens brancos, do sexo masculino, moradores do bairro Guajuviras e frequentadores das igrejas neopentecostais locais. Esta experiência tornou possível analisar como tais instituições religiosas orientavam as questões relativas à sexualidade dos jovens. A partir da contribuição teórica foucaultiana sobre o dispositivo da sexualidade, mostramos como as igrejas neopentecostais estabelecem práticas de governo da sexualidade juvenil em direção a uma heteronormatividade. Por fim, o presente artigo conclui que tais igrejas neopentecostais articulam noções como protagonismo juvenil e heteronormatividade, promovendo estratégias de condução da vida dos jovens para a produção de um sujeito cristão e heterossexual.

Palavras-chave:

juventude, igrejas neopentecostais, protagonismo juvenil, heteronormatividade.

DATA DE RECEBIMENTO: 04/05/2017

DATA DE APROVAÇÃO: 19/11/2017



Rodrigo Kreher

Doutorando e mestre em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Integrante do Núcleo E-politics – Estudos em Políticas e Tecnologias Contemporâneas de Subjetivação.

E-mail: guigo.roots@gmail.com



Neuza Maria de Fátima Guareschi

Professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Coordenadora do Núcleo E-politics – Estudos em Políticas e Tecnologias Contemporâneas de Subjetivação. Bolsista Produtividade CNPQ nível 1.

E-mail: nmguares@gmail.com



IMAGEM: Gerd Altmann

A sociabilidade automatizada das crianças brasileiras nas redes sociais

ENTREVISTA DE Amanda Antunes
COM Renata Tomaz

Amanda Antunes Conte um pouco sobre a sua formação, trajetória acadêmica e profissional e sobre como você se aproximou do tema da infância e mídia.

Renata Tomaz Sou jornalista e fiz mestrado e doutorado na área de Comunicação. No mestrado, comecei a me interessar sobre o modo como as crianças eram representadas nesse início do século 21, e fiz uma pesquisa sobre subjetivação e adolescência, tentando entender quais são os recursos que a cultura contemporânea oferece para que o indivíduo se torne alguém. Posteriormente, no doutorado, trabalhei com a questão do uso que as crianças fazem das plataformas digitais, como é o caso do YouTube. Então, busquei entender como as crianças saem de um lugar periférico –socialmente falando – para um lugar de relevância social, para um lugar de protagonismo social.

Amanda Antunes Os seus estudos de pós-doutorado também são desdobramentos dessas pesquisas?

Renata Tomaz Sou pesquisadora do Núcleo de Estudos de Mídia, Emoções e Sociabilidades (Nemes), na UFRJ, e atualmente estou buscando compreender como as crianças estão mobilizando as emoções no ambiente digital – raiva, ódio, ansiedade e medo são emoções que estão circulando bastante pelas mídias sociais.

Amanda Antunes Como você vê as diferenças e as aproximações entre as infâncias de algumas décadas e as de hoje, diante dessa avalanche de mídia? Como as novas mídias afetam a infância hoje?

Renata Tomaz Quando comecei a investigação, estava buscando identificar justamente isso, as continuidades e descontinuidades dessas infâncias. Mas, conforme fui pesquisando, percebi que não era algo com fronteiras tão demarcadas. Na verdade, entendi que existiam muito mais tensões, um jogo de forças entre aspectos que ora diferem, ora se aproximam. O que mais chamou atenção foi a ideia das interações e das brincadeiras, da sociabilidade das crianças. Quando vamos pesquisar um tema assim, acontece de pensarmos que a criança que usa muito o computador, o tablet, o smartphone, é uma criança isolada, que fica no quarto trancada por horas, sem conversar com ninguém, sem usar seus brinquedos. Mas de fato, as crianças não estão se isolando. Elas estão buscando se conectar com outras crianças, com outras redes, com outros grupos, mas de forma bem diferente do tradicional. Em muitos casos, buscam até encontros face a face com crianças que elas conheceram nas redes digitais-sociais.

Pude etnografar encontros presenciais e vi que as crianças estão tecendo outros laços nessas dinâmicas de se conectar umas às outras. E elas brincam, sim! Elas recuperam brinquedos: aquela boneca que não era tão usada começa a ser convocada para produzir um vídeo no YouTube e elas fazem brincadeiras para poder mostrar para as amigas. Aquele brinquedo ganho no aniversário, que não tinha mais utilidade, é convocado na hora de fazer os vídeos; ou então as crianças veem um vídeo que desperta uma nova forma com que um brinquedo pode ser utilizado.

Portanto, ao contrário do que se pensava, a ideia do brinquedo, dos laços, das interações está mantida. Porém, essas brincadeiras e jogos se distinguem do que observamos no passado, porque elas vão ser feitas para alguém ver. Nessa infância

do século 21, familiarizada com as redes sociais, as crianças estão o tempo todo brincando com a câmera ligada. Elas fazem isso para que todos vejam como ela brinca, ou elas brincam – isso é muito curioso – como se a câmera estivesse ligada. Por exemplo, conversando com mães e crianças, ouvi relatos de crianças sobre esse comportamento: *“Algumas vezes vou desenhar, estou brincando, e começo a falar: ‘e aí gente, tudo bem com vocês, tô aqui desenhando e brincando!’”*. Mas acontece que não tem nenhuma câmera ligada! Então, existe esse modo de brincar, essa cultura lúdica voltada para alguém que vê a brincadeira, voltada para um outro olhar, para um outro.

Um segundo aspecto que desconstruí na pesquisa é a noção de que as crianças usam instintivamente as tecnologias e as mídias digitais, um pouco dentro daquela ideia de que as crianças são nativos digitais, que sabem usar as ferramentas tecnológicas melhor do que os pais, dando aula para os avós. Pude perceber que não é bem assim! De fato, as crianças estão mobilizando e utilizando equipamentos de uma forma sem precedentes, mas elas continuam precisando de pessoas que as ajudem nesse trabalho. Pesquisei, no doutorado, quatro canais de YouTube protagonizados por meninas entre 9 e 11 anos. Todas têm pelo menos um adulto na família que se dedica a ajudá-las. Sem isso, elas não teriam como dar conta de tantos equipamentos, programas, aplicativos, edição de música. Conversando também com as crianças, elas diziam: *“Eu queria ter um canal. Mas não tenho quem me ajude; eu não sei fazer meu perfil; não sei inserir minha foto”*. Então, de fato, elas estão demandando muita ajuda.

Um terceiro ponto que me chama atenção é o fato de que essa infância que a gente poderia chamar de infância digital continua acontecendo em sua maior parte no ambiente doméstico, na maioria das vezes, numa família nuclear. São elementos que a gente pode perceber no discurso que surge da interação de quem produz a mídia ou no de quem assiste. É uma infância que ainda é doméstica, porém, visibilizada, exposta, aberta. É um doméstico sem paredes. Essa abertura e visibilidade acabam trazendo novos interlocutores para as crianças, extrapolando aqueles que estavam na família, nos vizinhos, na escola. Essas crianças estão lidando com um entorno de interlocução sem limites.

Amanda Antunes Talvez porque, tendo o YouTube a característica predominante do audiovisual, ele se aproxima muito da televisão. Então, as crianças herdaram muitas coisas do conteúdo e formato televisivo que já são tão familiares e levam para o YouTube.

Renata Tomaz Com certeza! As crianças já vêm de uma cultura audiovisual que expõe o mundo para elas. A televisão vem funcionando, nas últimas décadas, como se fosse uma janela para o mundo que as crianças utilizam. O YouTube, além de continuar sendo uma janela para o mundo, um dispositivo que permite às crianças verem para além das paredes da sua casa, para além da formação da sua própria família, é também uma câmera para dentro. Elas não só veem o mundo como são vistas por ele. É uma janela para elas também. É uma janela para a infância. É um modo de serem observadas e não só de observarem o mundo.

Amanda Antunes Nos programas de televisão com a participação de crianças, muitas vezes elas estão reproduzindo linguagens, práticas e interações dos adultos que são disseminadas por esses programas. Como você vê a participação das crianças no cenário midiático? Existe uma participação que não seja apenas voltada aos interesses comerciais dos adultos? Há espaços de criatividade e autonomia nessas novas mídias?

Renata Tomaz Quando comecei a pesquisar infância e mídia, também fui olhar um pouco para a TV, pois é onde a criança começa a ganhar espaço como interlocutora da cultura, embora com uma fala constantemente customizada pelo adulto. Nesse aspecto, considero a atriz Maísa Silva um caso emblemático. Aos 3 anos de idade, ela chegou à televisão, onde está há mais de dez anos ininterruptamente. Começou no programa Raul Gil, vestindo-se como adulta, para fazer aqueles números de calouros. E ganhou espaço justamente porque os imitava bem. O mérito dela estava na capacidade de dançar, cantar e se comunicar como um adulto. Depois de ter passado pela Record e pela Band, Maísa foi para o SBT e fez mudanças significativas no seu visual. Lá, eles colocaram cachinhos, um vestidinho de babado, enfeitaram com meias e sapatos de boneca. Ela foi repaginada para parecer uma criança. Passa a ser explorada uma estética infantil e não adulta. Por exemplo, a diretora tinha o microfone aberto junto dela, e a menina falava o que lhe vinha à cabeça. Inclusive, na época, ela gravou uma música chamada “Tudo que vem na cabeça”. Ela se estressava com as crianças, mandava que se calassem, soltava pum, arrumava a calcinha, fazia coisas de criança.

O caso da Maísa nos mostra como a TV vai alterando a ideia de que a criança precisava se parecer com um adulto para chamar a atenção. Ela, então, representa a imagem de uma criança que pode aparecer na TV como criança. Mas, obviamente, o fato de ela não precisar mais aparecer na TV como adulto não quer dizer que sua imagem não esteja sendo explorada. A criança pode estar a serviço dos objetivos comerciais dos adultos, tanto parecendo criança, quanto parecendo adulto.

O conceito de imitação prestigiosa diz respeito a essa ideia de os indivíduos reconhecerem comportamentos e atitudes que são imitáveis, ou seja, admirados em determinado contexto. A criança é completamente capaz de perceber atitudes, práticas que são valorizadas pela sociedade. E então, ela as faz para conseguir espaço, para ser atendida, ouvida. Essa imitação traz um interesse por parte da criança, deixando ela vulnerável para ser explorada. Ela é capaz de perceber aquela figura admirada e aplaudida e tentar, de alguma forma, ser igual. É claro que isso, depois, pode ser capturado e comercializado pelos adultos. Mas também mostra uma capacidade da criança.

Amanda Antunes Como você analisa as possibilidades trazidas pela internet para essas subjetividades infantis de que estamos falando?

Renata Tomaz Trabalho com o conceito de subjetividade alterdirigida do David Riesman. Para ele, essa subjetividade contemporânea é alterdirigida porque convoca o outro. Convoco o tempo todo alguém para dialogar comigo e, nesse diálogo, vou produzir uma narrativa de mim. Vou produzir posições do sujeito, produzir minhas identidades no mundo a partir desse processo. Os indivíduos acabam se posicionando no mundo a

partir dessa interlocução com o outro. Então, as crianças que utilizam a internet, seja no YouTube, no Facebook, no Instagram, estão produzindo textos visuais, verbais, audiovisuais delas mesmas direcionadas para esse outro. Elas estão participando ativamente como interlocutores dessas produções identitárias.

Amanda Antunes Como estão sendo conduzidos os estudos sobre o fenômeno das crianças youtubers?

Renata Tomaz A produção de conhecimento sobre esse assunto é recente, assim como o próprio fenômeno. Nos anos 90, período em que o computador pessoal se populariza e se consolida nas casas, ocorre um certo pânico moral sobre os impactos negativos que essas tecnologias teriam sobre a vida das crianças e dos adolescentes. Buscando dar conta dessa insegurança, surgem pesquisas que se empenham em entender se o problema estaria em ter o computador em casa e a criança ter acesso a ele ou no uso que ela faria dele. Se o uso do computador pela criança, de forma adequada, instruída, supervisionada, seria algo positivo ou negativo.

Nessa época, houve um incremento dos estudos que apontam maneiras de as crianças usarem a tecnologia positivamente. O termo *media literacy* aparece em 1993, cunhado no livro “*Towards new literacies*”, escrito por David Buckingham. É o primeiro criado para dar conta dessa ideia de ler o mundo e produzir textos sobre ele por meio de outras formas que não o letramento tradicional. Mas a Unesco utilizava o termo *media education* desde os anos 1970 para dar conta da necessidade de a escola, em especial, utilizar as mídias nos processos formais de educação. Em 2011, a Unesco passou a adotar o termo *media and information literacy*, reconhecendo a necessidade de processos voltados para uma alfabetização midiática e informacional.

Começaram a surgir muitos estudos tentando descobrir maneiras de as crianças usarem a tecnologia positivamente. Especialmente nos países de língua inglesa, crescem, no final do século XX e início do século XXI, os apelos a que se invista na educação para os media, pensada muitas vezes de forma sinonímica às expressões literacia mediática, competência mediática, *media literacy* e, mais recentemente, como proposto pela Unesco, *media and information literacy* – alfabetização midiática e informacional, em português. No Brasil, essa corrente de estudos ganhou bastante força nos últimos anos – sobretudo no campo da Educação – discutindo o que chamamos de mídia-educação. Essas pesquisas buscam analisar as competências midiáticas das crianças, quer dizer, o que elas podem realizar por meio dessas novas linguagens. Intencionam construir modos de investigar, mas também propor ferramentas que permitam o bom uso das novas tecnologias pelas crianças.

Os usos e as possibilidades que as crianças têm a partir da sua inserção no mundo digital também passaram a ser fortemente tematizados em investigações sobre novas formas de identidade e de inserção social. De repente, aquele menino que não tem tantos amigos na escola, que não consegue fazer tantas amizades, não consegue encontrar um grupo adequado para se aproximar, encontra, no jogo online do Minecraft, um modo diferente de se inserir socialmente. Os jogadores vão procurar por ele no mundo virtual, vão requisitar suas dicas, ele vai ser elogiado, aplaudido.

Por fim, há cada vez mais investigações sobre os riscos que esses usos vão trazer. O que a Sonia Livingstone fala é que não dá para a gente pensar nas oportunidades sem pensar nos riscos que elas trazem. Existe uma produção acadêmica crescente para analisar as questões de *bullying*, a temática da pedofilia e a superexposição das crianças, entre outros desafios, que seriam os riscos mais potentes no mundo da internet.

Amanda Antunes Falando justamente dessa visibilidade e sobre exposição pública das crianças, muitas vezes excessivas, que análise que você faz da fama das crianças e das implicações que isso teria para elas?

Renata Tomaz Um ponto importante que atravessa essa relação é a fama e o mérito. A fama está ligada ao mérito em duas coisas: o mérito porque alguma coisa importante foi feita, você realizou alguma coisa muito importante e por isso você está sendo entrevistado e aparecendo na capa das revistas. O outro mérito é que a pessoa é famosa porque possui um talento, canta muito bem, dança muito bem, interpreta muito bem. Isso te coloca em um lugar de destaque socialmente. Mas, nas últimas décadas, o que a gente pode ver – e as crianças também enxergam isso – é que você amplia muito tudo isso por meio dos aparatos midiáticos. Em um contexto em que você tem uma cultura midiática que pode produzir infinitamente informações sobre alguém, você também amplia a possibilidade dessa pessoa ficar famosa. E o que as crianças perceberam – que não é diferente do que a gente também percebe – é que quanto mais se produz notícia, imagem, texto, narrativas sobre alguém, mais famosa essa pessoa pode ficar!

Um conceito que uso da crítica da mídia é o conceito de sociabilidade automatizada, da crítica de mídia holandesa, José Van Dijck. Ela afirma que a diferença desse tipo de sociabilidade é que a gente vem de uma época em que o importante era saber quem você conhece. Mas, na contemporaneidade, ocorreu uma mudança em que o importante é saber quantas pessoas você conhece, ou melhor, quantas pessoas conhecem você. Nas plataformas digitais, eu posso saber quantas pessoas estão me vendo. E é possível fazer isso enquanto estou produzindo essas narrativas e informações a meu próprio respeito.

A implicação imediata dessas possibilidades é a responsabilização das crianças pela produção de conteúdo que vai não só produzir fama, mas mantê-la, dependendo do caso. É muito comum elas se preocuparem por não estar produzindo seus vídeos. Quando saem de férias ou estão em semana de prova, por exemplo, elas se desculpam com sua audiência: “*Olha, gente, desculpe por não estar postando vídeos*”; “*Eu estava viajando*”; “*Eu tive prova*”, explicam. É perceptível que elas se sentem extremamente responsabilizadas em administrar, gerir e produzir essas informações a respeito delas mesmas. Afinal, a fama não é um dado, a fama é resultado da produção dessa informação. A fama é uma condição que depende dessa produção contínua. A responsabilização, por sua vez, acaba provocando uma grande competição entre as crianças produtoras de conteúdo, por mais visualizações, mais curtidas, mais inscritos, mais *likes* e assim por diante.

Amanda Antunes Como você avalia o papel dos pais e da escola em todos esses acontecimentos?

Renata Tomaz Bom, nesse universo digital, eu diria que eles são muito coadjuvantes, mas têm um papel importante em determinados aspectos. Nenhuma dessas meninas que fazem os canais que investigo pode abrir mão da presença de um responsável para ajudá-las nisso. É um trabalho muito grande. É um trabalho hercúleo: conceber uma ideia, produzir, gravar, editar. Elas precisam o tempo todo da presença dos pais.

A escola também vai colaborar com esse processo de alguma forma. A partir do momento em que essas crianças têm infinitos compromissos, a escola acaba se adequando à vida digital delas. As crianças começam a justificar as faltas para a escola, que passa a colaborar e a contribuir com essa jornada das crianças youtubers na produção do seu protagonismo social e de sua fama.

Amanda Antunes O que você diria sobre as consequências desse processo de visibilidade na interação da criança com a escola e a família?

Renata Tomaz A gente vive em um mundo em que ser e estar visível é desejável, agradável, valorizado. As crianças percebem isso, elas não estão alheias. Elas estão tentando se valer de seus recursos, poucos ou muitos, com poucos ou muitos brinquedos, muito ou poucos dispositivos para gravar, elas estão se valendo do que é possível para produzir modos de estar visíveis no mundo. Essas crianças estão criando um modo performático de ser. Performático no sentido de que elas estão no mundo e estão aprendendo que tudo que fazem é para alguém ver. Alguém está observando e, se não está, é preciso fazer alguma coisa para que isso aconteça. É preciso estar visível! Certa vez, a mãe da youtuber Juliana Baltar precisou explicar que não estava divorciada do marido. A informação começou a circular nos comentários do canal depois que, em outro vídeo, Juliana disse que tinha uma bicama para a mãe dormir com ela. Mãe e filha esclareceram, então, que o pai tem um trabalho que exige periodicamente sua ausência de casa. Tudo que a família faz e vive entra na pauta dos vídeos, ampliando a interação social de todos os membros da família.

Amanda Antunes As novas mídias desencadeiam um processo de configuração de novas subjetividades infantis? Ou seriam apenas novos espaços para essas afirmações?

Renata Tomaz Eu acredito que existem, sim, subjetividades sendo produzidas nesse movimento das novas mídias. Como são essas subjetividades? Quais são as variáveis que estão inseridas na sua estruturação? Entender a construção histórica da infância moderna e de um indivíduo invisível é fundamental para compreender as mudanças que ocorrem atualmente. As crianças estão buscando formas de se tornar gradativamente mais vistas, o que incide na forma delas estarem e serem no mundo. Essas mudanças vão influenciar no tipo de brincadeira das crianças e no tipo de roupa que elas usam.

Nesse caminho, a criança é exposta a múltiplos significantes que, muitas vezes, geram conflitos e tensões. Por exemplo, uma youtuber vai mostrar a boneca que ganhou de presente de Natal, ela diz: “Olha, gente, euganhei essa boneca minha avó... ou... uma loja me mandou”. Mostrar brinquedos é uma coisa que essas crianças youtubers fazem muito.

No entanto, quando a gente vai ver a repercussão nos comentários, vai ter muitas crianças parabenizando, mas também comentários dizendo que essas meninas são muito exibidas, metidas, que elas se acham melhores do que as outras. É claro que alguns pais vão colocar filtros para tentar amenizar esses inúmeros sentidos que serão produzidos a partir da imagem das suas filhas na internet. Mas não há um controle sobre isso e essas crianças vão ter que lidar com as múltiplas imagens que são produzidas a partir de si mesmas.

Amanda Antunes O que se observa com o aumento do protagonismo infantil na televisão e na internet é um processo de influência social das crianças como um papel de referência para os seus pares, sobretudo em relação ao consumo. Como você avalia esse papel das crianças enquanto influenciadoras de seus pares?

Renata Tomaz É muito perceptível como as crianças vão se tornar também essa referência para outras crianças no mundo do consumo. Cresci em um tempo em que as minhas principais referências de ser alguém eram adultos: mãe, tias, professoras, amigas da mãe. O adulto era essa figura influenciadora da criança. Que tipo de pessoa você quer ser? Que tipo de adulto você vai ser? Esses são tipos de pergunta que a gente faz para a criança. Mas, nas últimas décadas, a gente vê uma valorização muito grande da figura do jovem. Quer dizer, existe uma juvenilização da sociedade que faz com que os mais velhos queiram parecer mais novos e vão em busca desse tipo de comportamento. Isso tudo também vai produzir um movimento na outra ponta: as crianças que irão parecer jovens. Mas aí, do lado das crianças, o movimento é diferente, porque para elas ser como os jovens, elas precisam crescer. Esse processo de juvenilização da sociedade vai fazer com que as crianças queiram ser adolescentes. O que a gente pode observar com essa presença cada vez mais massiva das crianças na internet é elas próprias se tornando essa referência para outras crianças.

Quando a gente perguntava para as crianças o que elas queriam ser, elas diziam que queriam ser youtubers, igual à Bel ou à Júlia Silva. É claro que, em alguns momentos, elas diziam que queriam ser como figuras um pouco mais adultas como a Kéfera, do canal 5Minutos. Mas, uma maioria significativa dizia que queria ser igual aos seus pares. Por que isso acontece? Porque elas perceberam que, embora essas meninas sejam crianças como elas, conseguiram um lugar de protagonismo social. Elas chegam à conclusão de que não precisam crescer. A pergunta da minha tese é essa: o que você vai ser antes de você crescer? Porque é claro que você vai ser alguém quando crescer. Mas a criança também pode ser alguém antes de crescer.

É evidente a associação disso tudo com a prática do consumo. As crianças não mostram apenas produtos que elas recebem de empresas para fazer uma forma de *merchandising* dos fabricantes, das marcas. Também estão fazendo, de uma forma diferente, uma prática bem mais antiga que é mostrar o que elas têm. Quem convive com criança sabe que quando você chega em uma casa onde a criança tem um quarto, a outra criança pergunta: “posso ver seu quarto? Posso ver o que você tem?” Isso vai levando as crianças a influenciarem umas às outras no sentido de ter um comportamento parecido e produtos consumidos de forma semelhante.

Um dos vídeos que analisei era sobre um brinquedo que uma das youtubers havia recebido de um fabricante. Uma menina escreveu assim nos comentários: *“gostei muito do seu anúncio. Vou pedir pra minha avó comprar”*. Mas ninguém tinha dito que aquilo era uma propaganda ou que aquilo era um conteúdo publicitário. Duas coisas ficaram claras nesse depoimento. Primeiro, há uma influência clara nos padrões de consumo das crianças sobre outras crianças. E, em segundo lugar, mostrou que elas facilmente detectam intenções mercadológicas.

Amanda Antunes Existe uma tentativa de ser alguém dentro do escopo do reconhecimento, ou seja, do olhar do outro. A partir do momento que colocam isso na internet e as crianças percebem que essa visibilidade ampliada acontece é que elas notam que esse protagonismo se concretiza, só então elas têm a compreensão de que aquilo que estão fazendo é interessante ou gera um retorno de todo seu investimento.

Renata Tomaz Isso mesmo! Qual é a diferença entre as situações de quando mostro um brinquedo ou alguma coisa para uma amiga no meu quarto e quando faço esse mesmo processo na internet? A diferença é que, na internet, ela pode ver quantas pessoas gostaram do que ela fez. Isso é muito potente! Porque uma coisa é saber que uma amiga minha no meu quarto gostou do meu brinquedo ou do que fiz. Outra coisa é você saber que milhares de pessoas gostaram daquele acontecimento e do que você fez. Isso é muito absurdo e mexe muito com a criança. Eu me lembro de quando estava conversando com uma menina youtuber e ela estava me contando de como seria quando ela chegasse ao esperado um milhão de inscritos no seu canal. Então perguntei: por que é tão importante? Ela falou assim: *“Cara! é um milhão de pessoas que gosta de mim!”* Você tem noção do que é esse poder da quantificação, o alcance que isso tem? Isso reconfigura, e muito, as práticas das crianças!

Amanda Antunes Parece ser um capital afetivo que pode ter relação com uma lógica midiática massiva. Falando dessas questões associadas às práticas de consumo, como nós estávamos falando antes, você sabe se existe algum tipo de regulamentação dessa prática do mundo virtual com as crianças?

Renata Tomaz Não existe uma legislação específica para o uso que as crianças fazem da internet. Mas é claro que nós temos o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que é um documento legal que protege as crianças e, obviamente, vai dar as diretrizes de como a sociedade brasileira deve perceber essas dinâmicas. Também ocorre que todas as plataformas têm as suas regulamentações de uso. Então, todos os sites oferecem um lugar apresentando as suas regras de utilização. Mas, muitas vezes, no caso dos sites, essas regulamentações se limitam a colocar uma determinada idade para sua utilização. No caso do Brasil, o YouTube exige que seu usuário tenha no mínimo 18 anos para produzir e postar conteúdo. Nos Estados Unidos, a faixa etária é de 13 anos. Entretanto, a plataforma não exclui, por exemplo, os usuários brasileiros com menos de 18 anos que quebram as regras. A empresa lava as mãos, jogando toda a responsabilidade sobre os pais e sobre as próprias crianças pelo uso que elas fazem do site. Além disso, o próprio Estado deixa a cargo do mercado essas decisões.

O Estado, pelo menos no Brasil, não se mobiliza para observar essas ações. O que existe são alguns movimentos por parte da sociedade civil de tentar punir e fiscalizar minimamente essas empresas que assediam as crianças da internet. Aqui no Ministério Público do Rio de Janeiro, por exemplo, tem uma ação contra as empresas que estão enviando produtos para as crianças. Obviamente, essas empresas não pedem nem exigem que as crianças façam propaganda e vídeos. Mas está implícito, para não dizer explícito, que, ao ganhar determinado produto, essas crianças precisam mostrá-los nos vídeos. Até porque se pararem de mostrar esses produtos nos seus vídeos e canais, as empresas vão parar de mandar os presentes.

Amanda Antunes Então existe a necessidade de se olhar para a internet e começar a produzir mecanismos de regularizar esses acontecimentos visando, principalmente, a uma seguridade ética.

Renata Tomaz Nós temos uma categoria de trabalho para as crianças que é chamada de trabalho artístico infantil. Hoje, uma criança só é autorizada a exercer um trabalho artístico infantil no âmbito do Conselho Tutelar. Tem uma lei tramitando no Congresso Nacional que permitiria ao Ministério do Trabalho e não ao Conselho Tutelar arbitrar nessa decisão sobre o trabalho artístico infantil. Por que essa lei está tramitando lá? É claro que é para tornar mais fácil o exercício do trabalho das crianças nesse campo.

Amanda Antunes Quais seriam os problemas éticos colocados pela emergência desse cenário das crianças nas novas mídias?

Renata Tomaz Já ouvi muitas pessoas na universidade criticando a exposição das crianças. Elas diziam: *“isso não é lugar para criança! Isso é muito perigoso!”*. Mas observando muitos comentários e como as pessoas falavam com as crianças, fiquei várias vezes me perguntando: o que de fato incomoda boa parte das pessoas? Seria a exposição das crianças aos riscos? Ou também o fato de as crianças estarem dividindo esse bolo da visibilidade? Será que essas crianças youtubers também estariam nos incomodando porque elas estão disputando esse mercado, esses papéis de relevância e protagonismo social? Quando as pessoas falam assim: *“aqui não é lugar de criança! Vai assistir TV Globinho!”*. Alguns até dizem assim: *“como pode essas crianças ficarem fazendo coisas inúteis e conseguem ter 5 milhões de visualizações, enquanto o meu vídeo que é uma coisa tão útil, que me deu tanto trabalho, que realmente exigiu toda uma complexidade para ser feito, não tem tantas visualizações. Onde isso vai parar? O mundo está um absurdo!”*. Essa resistência ao protagonismo das crianças também estaria ligada à ideia de que estão disputando lugares com os adultos.

Uma segunda questão entre a ética e a visibilidade é a própria gestão da visibilidade. Qual é o problema? É a criança estar visível e exposta ou como e por que ela escolhe os modos pelos quais ela vai estar visível? Porque, na verdade, quem é que torna as crianças visíveis desde a barriga?! São os adultos! Porque são sempre os adultos que estão por trás dessa visibilidade das crianças. O tempo todo nós estamos tornando as nossas crianças visíveis. E quando a gente vê esse movimento das crianças tornarem-se visíveis, a gente se apavora, acha perigoso. Então, o problema é a visibilidade das crianças, ou o fato de que, em alguns momentos, são elas que estão criando essa visibilidade?

Além disso, é muito difícil olhar para esse objeto de pesquisa sem perguntar: o que essas crianças estão fazendo é trabalho? Eu perguntei para uma dessas meninas que eu estava pesquisando: “Juliana, você acha que seu site é trabalho?”. Ela disse que, de certa forma, é um trabalho porque aquilo envolve uma certa responsabilidade. Essa é uma pergunta particularmente penosa, porque no nosso país há muitas crianças trabalhando nos semáforos, nas lavouras. Todas essas crianças estão trabalhando no país, embora elas tenham o direito de não trabalhar. De que forma elas poderão produzir sem ser exploradas em função disso?

Por fim, há um desafio teórico, político, ético. Diz respeito a pensar as crianças dentro das nossas reflexões sobre o direito da infância. Elas têm direito à participação, bem como à provisão e proteção. Hoje, quando falamos em participação, falamos necessariamente em visibilidade. Não basta que alguém me represente no Congresso, é requerido que cada um tenha espaços legítimos de apresentar suas demandas. É impossível passarmos por essa discussão sem nos questionarmos: como garantir o direito de participação das crianças e, nesse sentido, garantir a elas uma visibilidade, sem ferir um outro direito que elas têm, o direito de proteção? Em outras palavras: qual é a articulação necessária para garantir a participação das crianças sem ferir seu direito à proteção?

Amanda Antunes Obrigada por falar para a DESidades a respeito de um tema tão fascinante!

Renata Tomaz Eu que agradeço!

Resumo As redes sociais e as mídias interconectadas estão impondo uma nova realidade para a infância e a adolescência, abrindo novos e diferentes espaços de sociabilidade e de afirmação do próprio eu infanto-juvenil. Em um mundo dominado por conexões online, brincar e fazer amigos pode ir muito além de estabelecer relações afetivas, realizar atividades lúdicas, especialmente para quem busca ou já ganhou notoriedade em alguma das plataformas digitais que abrem espaço para a transformação de crianças e adolescentes em empreendedores do entretenimento e da propaganda.

Palavras-chave: crianças youtubers, sociabilidade automatizada, redes sociais, infância digital.

DATA DE RECEBIMENTO: 11/09/2017

DATA DE APROVAÇÃO: 13/12/2017



Renata Tomaz

Jornalista. Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil, onde realiza Pós-doutorado na Escola de Comunicação, com bolsa FAPERJ. Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Mídia, Emoções e Sociabilidade.

E-mail: renactomaz@gmail.com



Amanda Almeida Antunes

Publicitária. Doutoranda em Comunicação na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil. Pesquisadora no Grupo de Pesquisa Juventudes Cariocas, suas Culturas e Representações Midiáticas.

E-mail: amandaantunesrj@gmail.com

“Jovens, câmera, ação: Reflexões sobre os usos dos dispositivos móveis de mídia em um projeto de mobilização social”, de Jaileila Menezes, Karla Galvão Adrião e Luis Felipe Rios.

RESENHA POR

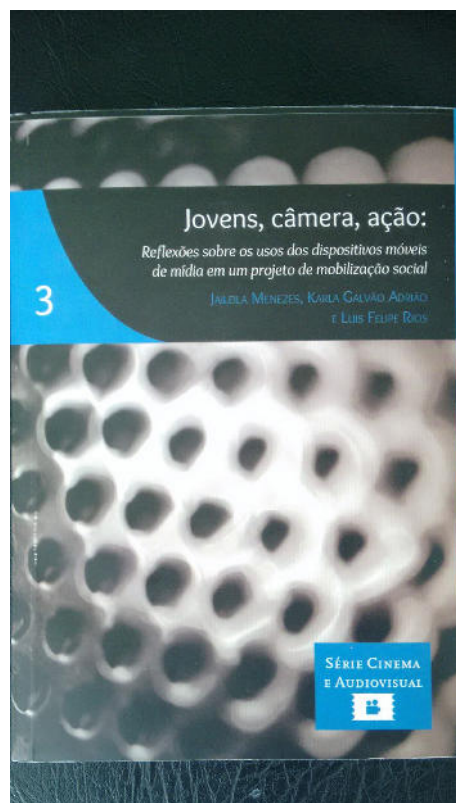
Paloma Silveira

Entre reflexões e fazeres posicionados: buscando a transformação social a partir de uma pesquisa-intervenção com jovens

Uma psicologia engajada com a construção de um projeto ético-político de transformação das desigualdades sociais é o que encontramos no livro “*Jovens, câmera, ação: reflexões sobre os usos dos dispositivos móveis de mídia em um projeto de mobilização social*”. Yamamoto (2012), em suas reflexões sobre os 50 anos de regulamentação da psicologia como profissão no Brasil, aponta que uma das questões mais polêmicas desse percurso tem sido o alcance social da profissão e sua possibilidade de colaborar com a mudança social. Problematiza os sentidos de compromisso social assumidos por diferentes estudos, assinalando os desafios para uma definição do que seja esse compromisso, quando se considera a história da profissão e sua heterogeneidade teórico-metodológica. Lança o questionamento acerca da possibilidade de se construir um projeto coletivo, na forma de um projeto ético-político¹ crítico e progressista para

¹ Para definir o que compreende por projeto ético-político, Yamamoto (2012) recorre a Yamamoto (2007), para quem um projeto ético-político implica duas dimensões articuladas: uma relacionada às condições macrossociais, que fundamentam o território sócio-histórico do exercício da profissão, estabelecendo limites e possibilidades, e outra relacionada às respostas sócio-históricas, ético-políticas e técnicas construídas pelos/as profissionais diante desse contexto, que demonstram como esses limites e possibilidades serão analisados pelos/as profissionais.

a psicologia, que tenha como orientação a transformação estrutural da sociedade capitalista. Ouso afirmar que esse livro apresenta linhas para esse projeto ético-político. Encontramos um exercício vigoroso do tripé ensino, pesquisa e extensão, tão caro às universidades públicas, com análises que complexificam os fenômenos sociais e subjetivos, interpretando seus diferentes movimentos relacionais entre permanências, fissuras, rupturas e contradições.



O livro, organizado em três partes, apresenta todo o processo de construção da pesquisa-intervenção *Ação Juvenil*, que integra o programa *Diálogos para o desenvolvimento em Suape*, desenvolvido pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Tal programa, como nos explicam os/as organizadores/as do livro e coordenadores/as do projeto, Jaileila Menezes, Karla Galvão Adrião e Luis Felipe Rios², teve como objetivo minimizar os impactos sociais negativos decorrentes do crescimento econômico iniciado com a construção do complexo portuário-industrial de Suape. Localizado na região metropolitana de Recife, especificamente nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, o complexo portuário-industrial de Suape acarretou mudanças que agravaram problemas em uma região já marcada por desigualdades sociais e econômicas. Atingiu diretamente os modos de vida da população local, sobretudo crianças e jovens, aumentando situações de violências e problemas de saúde. Questionamentos sobre o real significado do binômio crescimento/desenvolvimento econômico, para que e a quem servem, tornaram-se inevitáveis e a universidade foi convidada para analisar-intervir na situação.

A pesquisa-intervenção parte da compreensão de que a pesquisa e a extensão andam juntas e que o pesquisar é realizado em conjunto com as pessoas, no caso, com os/as jovens de idades entre 16 a 19 anos, estudantes de escolas estaduais dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Com a pesquisa-intervenção, buscou-se o envolvimento dos/as jovens como participantes ativos e também responsáveis pelo processo, considerando-se os diferentes aspectos de classe, raça/etnia, território, gênero e geração, que conformam as experiências sócio-culturais e subjetivas. Assim, o ensinar e o aprender também caminharam juntos, criando aberturas para a formação de profissionais e pesquisadores(as) críticos e comprometidos(as) com as necessidades da população.

Na primeira parte do livro, “*Cenários e Roteiros*”, temos quatro capítulos. No primeiro, uma introdução geral ao livro, Karla Galvão Adrião e Jaileila Menezes apresentam os objetivos da *Ação Juvenil*, a perspectiva teórico-metodológica utilizada e descrevem, de forma sucinta, todas as etapas para a realização do curso de mídias móveis, principal estratégia para a viabilização da proposta. A *Ação Juvenil* teve dois objetivos centrais:

2 Professores/as vinculados/as ao Programa de Pós-graduação em Psicologia (PPGPs) da UFPE.

pesquisar os significados sobre desenvolvimento na relação com as desigualdades vivenciadas pelos/as jovens em seus contextos, e formar/instrumentalizar jovens lideranças para a produção e disseminação de informações qualificadas sobre seis eixos temáticos: exploração sexual de crianças e adolescentes; uso abusivo de álcool e outras drogas; direitos da criança e do/a adolescente; doenças sexualmente transmissíveis (DST/AIDS); gravidez na adolescência; e enfretamento da violência contra a mulher.

Para tanto, o trabalho foi fundamentado na perspectiva teórico-metodológica feminista pós-estruturalista, refletindo a trajetória acadêmica e profissional dos/as coordenadores/as. Parte-se da compreensão de que não existe um sujeito universal, com uma identidade fixa e uma essência natural. As identidades são consideradas como parciais e estratégicas, construídas na relação dialética com o outro e com o mundo, demarcadas pelo contexto sócio-histórico e cultural vivido, sendo atravessadas por relações de poder. A relação pesquisadores/as e “objeto de estudo” pauta-se nos saberes localizados, como define Haraway (1995, p. 23), citada pelos autores/as ao longo do livro: “(...) saberes parciais, localizáveis, críticos, apoiados na possibilidade de redes de conexão, chamadas de solidariedade em política e de conversas compartilhadas em epistemologia”.

Não cabe o pressuposto da neutralidade científica, já que a produção de conhecimento e de práticas é posicionada politicamente, tendo um sentido evidente, na Ação Juvenil, de engajamento dos/as jovens. Este é entendido como um processo político, em que as pessoas e coletividades potencializam suas habilidades e recursos para ter agência sobre suas vidas. Bourdieu (2005), no texto “*É possível um ato desinteressado?*”, também coloca em questão o suposto desinteresse do conhecimento científico. Segundo ele, os agentes sociais não agem de maneira incoerente, sem sentido, sempre há um interesse em jogo. Argumenta que os jogos intelectuais têm alvos e que esses suscitam interesses, mesmo que escamoteados pelos próprios intelectuais. Na Ação Juvenil, encontramos uma ciência posicionada, cujo interesse explicitado é de transformação das desigualdades sociais.

No capítulo 2, “*Os bastidores do curso de mídias móveis: oficinas de formação da equipe Ação Juvenil*”, Fernanda Sardelich Nascimento e Leonardo Castro Gomes apresentam reflexões sobre as experiências vividas no processo de constituição da equipe interdisciplinar de intervenção do projeto, composta por estudantes de Psicologia e de Ciências Sociais da UFPE, e psicólogas. A partir de duas linhas principais, da perspectiva teórico-metodológica e do uso dos recursos audiovisuais, os autores nos levam aos caminhos trilhados para a preparação dos/as facilitadores/as. Encontramos as oficinas realizadas para viabilizar a formação que, usando as metodologias participativas inspiradas no trabalho de McCarthy e Galvão (2001), nos mostram o quanto são potentes e atuais as ideias da Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire, e do Teatro do Oprimido, de Augusto Boal. Oficinas em que as pessoas foram convidadas a interagir de maneira ativa, dialógica e horizontal, buscando-se a construção de um espaço onde elas se sentissem constituídas por ele e, ao mesmo tempo, constituintes. É interessante ressaltar que essa maneira de organizar as oficinas e propor as atividades foi também a utilizada com os/as jovens participantes da Ação Juvenil, demonstrando as conexões dos momentos da pesquisa-intervenção e o cuidado da coordenação com esse processo.

No capítulo 3, “Manual do curso de produção de vídeos em mídias móveis: roteiro, captação e edição de imagens”, os/as leitores/as encontrarão o manual distribuído para os/as participantes do curso de produção de vídeos em mídias móveis. Para os/as organizadores/as do livro, a reprodução do material elaborado por Leonardo Castro Gomes possibilita o uso deste por outras pessoas que se proponham a utilizar a produção audiovisual como recurso de mobilização de grupos e comunidades. No último capítulo, “Atores e atrizes do curso de mídias móveis: quem são, o que pensam e o que podem dizer sobre suas vivências sexuais”, Rocio Del Pilar Bravo Shuña, Laís Rodrigues e Vanessa Benevides apresentam as características sócio-demográficas dos/as jovens, suas opiniões e práticas sobre sexualidade. De modo geral, a vivência da sexualidade dos/as jovens está marcada por desigualdades de gênero, geração e princípios religiosos, refletindo, ainda, os ditames de uma sociedade patriarcal. Esses dados ratificam a importância de trabalhos como o da Ação Juvenil que, ao promover problematizações sobre temas relacionados à sexualidade, favorecem a construção de espaços onde os/as próprios/as jovens possam questionar e refletir suas ideias, abrindo possibilidades de mudanças.

A segunda parte do livro, “Câmera, Ação!”, está dividida também em três capítulos: “A dimensão política da produção de vídeos por jovens: sensibilização para temáticas ligadas à saúde e proteção”, “Trabalhando com jovens sobre drogas a partir do dispositivo das tecnologias das mídias móveis: o desafio em redimensionar olhares e práticas em torno da relação juventude e drogas” e “O trabalho com grupos como potencializador de transformações na experiência do curso de mídias móveis”. Nestes capítulos, as autoras Raissa Falcão, Dara Andrade Felipe, Lellyane Bezerra de Souza, Mayara Lacerda, Juliana Lucchesi, Ísis Maurício e o autor Ruan Paiva analisam os percursos de facilitação das oficinas: o processo grupal, as discussões sobre os temas, os exercícios para o manuseio dos recursos audiovisuais e a produção dos vídeos.

Diferentes atividades foram realizadas com os/as jovens, em que algumas temáticas como, por exemplo, gravidez na adolescência e uso de álcool e outras drogas, foram debatidas criticamente. A partir de um gatilho, exibição de partes de filmes, músicas, os/as jovens foram incentivados a falar acerca de suas percepções sobre as temáticas e os/as facilitadores/as interagiram, problematizando alguns conteúdos. O objetivo foi estimular reflexões críticas sobre si e sobre o mundo, buscando o engajamento e a autonomia das/os jovens, para posterior produção dos vídeos. Essa parte nos faz lembrar as provocações de Martin-Baró (1996) sobre o *que fazer* do/a psicólogo/a:

Ao afirmar que o horizonte primordial da psicologia deve ser a conscientização, se está propondo que o *que fazer* do psicólogo busque a desalienação das pessoas e grupos, que as ajude a chegar a um saber crítico sobre si próprias e sobre sua realidade (p. 17).

Além de analisarem de forma detalhada as etapas das oficinas, os/as autores/as apresentam um potente exercício de reflexividade, uma reflexão do sujeito-pesquisador(a) sobre si mesmo e seus posicionamentos no processo de investigação (Spink, 2000). Desestabilizando dicotomias entre pesquisador/facilitador/a e

participantes e a noção de neutralidade do fazer científico, como proposto pelas epistemologias feministas, os/ autores/as trazem os afetos, nos levando ao *aprender fazendo posicionado* da pesquisa-intervenção com seus desafios, acertos, erros, frustrações e ajustes.

A terceira e última parte do livro, “*A ação continua: desdobramentos*”, possui dois capítulos que apresentam o depois, as possibilidades de continuidade construídas com a finalização da Ação Juvenil. No primeiro capítulo, “*E a Ação Juvenil continua... Pesquisando, conhecendo e sentindo com as/os jovens*”, Rocio Del Pilar Bravo Shuña, Karla Galvão Adrião, José Mario Gomes e Ruan Paiva focalizam as oficinas realizadas com um grupo de jovens voluntários, egressos da Ação Juvenil. Os objetivos dessas atividades foram a formação continuada das lideranças/agentes multiplicadores/as nas temáticas ligadas ao programa Diálogos em Suape e a organização da caravana para a cidadania: ação de mobilização social, em que os/as jovens, juntos com os/as facilitadores/as, realizaram atividades lúdicas e educativas em comunidades do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca.

No último capítulo do livro, “*Articulando materiais (áudio)visuais em contextos de práticas educativas de saúde e cidadania*”, Luís Felipe Rios e Tacinara Nogueira de Queiroz continuam discutindo os desdobramentos do curso de mídias móveis, retomando alguns pressupostos teórico-metodológicos, adicionando outros, como o debate sobre a noção de vulnerabilidade, e apresentam alguns materiais utilizados com os/as jovens e os confeccionados por eles/as. O rico material produzido pelos/as jovens foi utilizado como subsídio para a construção de algumas tecnologias sociais do programa Diálogos Suape. Uma produção de cartilhas, vídeos e livros voltados para os/as profissionais das áreas de saúde, educação e assistência social, bem como para a população em geral, foi elaborada e utilizada em variadas ações, incluindo a caravana para a cidadania. Para os autores, a relevância da produção de materiais didáticos/informativos relaciona-se à concretização simbólica, no papel e nos vídeos, de uma onda de significação que vai circular pelas comunidades, disputando com os códigos hegemônicos que sustentam desigualdades no senso comum. Não se vincula a uma concepção de educação em saúde como transmissão verticalizada de informações técnicas, pelo contrário, “(...) é fomentar a consciência crítica, que também é politização; é criar condições para que os sujeitos se engajem e/ou constituam eles/as próprios/as ações de promoção da cidadania que garantam o bem estar na sociedade” (p. 260). A boa receptividade do material distribuído reforça as ideias trazidas acima pelos autores.

Torna-se mais uma vez evidente a implicação da Ação Juvenil com um fazer científico posicionado que almeje a transformação das desigualdades sociais e que dialogue com outros saberes, fortalecendo os vínculos da universidade com as comunidades e, assim, seu caráter público, democrático e de formação para a cidadania. Ademais, remete-nos à proposta de Santos (1995) de que o conhecimento científico só se realiza enquanto tal, na medida em que se reencontra com o senso comum, se “*sensocomuniza*”:

A ciência pós-moderna, ao sensocomunizar-se, não despreza o conhecimento que produz tecnologia, mas entende que, tal como o conhecimento se deve traduzir em auto-conhecimento, o desenvolvimento tecnológico deve traduzir-se em auto-conhecimento, em sabedoria de vida (p. 57).

Em tempos de obscurantismo e censura, é inspirador encontrar ações que promovam práticas transformadoras e contra-hegemônicas. A leitura do livro nos mobiliza a construir ações de resistência ao conservadorismo e às expressões antidemocráticas e de ódio predominantes na atualidade. Desse modo, nos convoca a continuar apostando, sobretudo, acreditando que outro mundo é possível. Fica o convite à leitura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, P. É possível um ato desinteressado? In: BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 2005, p. 137 – 156.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.

MARTIN-BARÓ, I. O papel do psicólogo. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 2, n. 1, p. 7-27, 1996.

MENEZES, Jaileila; ADRIÃO, Karla Galvão e RIOS, Luis Felipe (Orgs.). **Jovens, câmera, ação: Reflexões sobre os usos dos dispositivos móveis de mídia em um projeto de mobilização social**. Recife: Editora UFPE, 2017. 273p.

MCCARTHY, J; GALVÃO, K. **Projeto Artpad: um recurso para teatro, participação e desenvolvimento**. [S.1]: Centre for applied theatre research, 2001.

SANTOS, B.S. **Um discurso sobre as ciências**. Lisboa: Afrontamento, 1995.

SPINK, M. J. P. A ética na pesquisa social: da perspectiva prescritiva à interanimação dialógica. **Revista Semestral da Faculdade de Psicologia da PUCRS**. Porto Alegre, v. 31, n. 1, p. 7-22, jan./ jul. 2000.

YAMAMOTO, O.H. 50 Anos de profissão: responsabilidade social ou projeto ético-político? **Psicologia: ciência e profissão**, v. 32 (num. esp.), p. 6-17, 2012.

Palavras-chave: juventudes, epistemologias feministas, metodologias participativas, transformação social.

DATA DE RECEBIMENTO: 12/11/2017

DATA DE APROVAÇÃO: 15/11/2017

Paloma Silveira

Psicóloga, Pós-doutoranda do Programa de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGpsi/UFPE), Brasil. Doutora em Saúde Coletiva pelo Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (ISC/UFBA), Brasil, e Mestre em Psicologia pelo PPGpsi/UFPE.

E-mail: palomasilveira25@gmail.com

“Estamos alunos: um estudo sobre a identidade contemporânea dos alunos do Colégio Militar do Rio de Janeiro”, de Fábio Facchinetti Freire.

RESENHA POR

Teresa Cristina de Carvalho Piva

Sagrado e profano

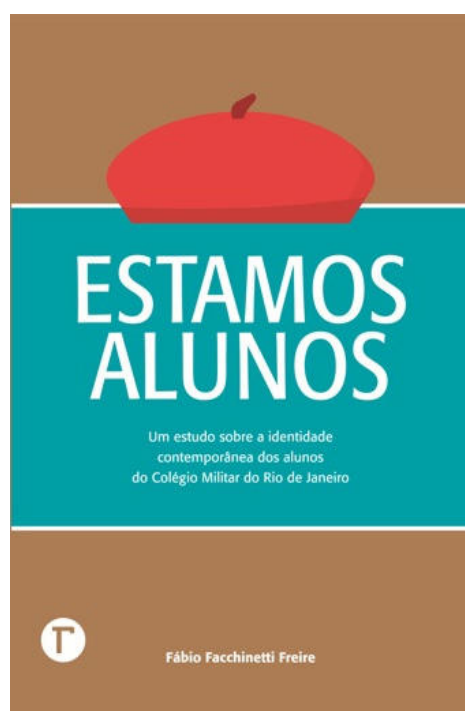
O objeto de estudo da pesquisa é a figura do aluno do Colégio Militar do Rio de Janeiro, levando em consideração muitas informações que, para muitas pessoas da Sociedade Carioca, passariam despercebidas e que talvez sejam inacessíveis aos olhos dos observadores. A obra é composta de uma introdução, cinco capítulos e conclusão. Entre o segundo capítulo e o terceiro, existe um interlúdio, no qual o autor descreve as emoções e reações sentidas quando ainda era aluno da Escola Preparatória para Cadetes do Exército (EsPCEx), ao participar de uma cerimônia à Bandeira Nacional.

O primeiro capítulo é dedicado aos referenciais teóricos e, com a finalidade de fundamentar seus argumentos nas teorias sociais e filosóficas, o autor lançou mão de diversos autores renomados, a saber: Bruno Latour, Michel Foucault e Giorgio Agamben.

A história do centenário Colégio Militar do Rio de Janeiro, inicialmente chamado de Imperial Colégio Militar, criado no ano de 1889, foi apresentada no capítulo 2, com o objetivo de mostrar ao leitor a origem da instituição de ensino, bem como a ideologia e o funcionamento do ensino no Exército Brasileiro. O autor utilizou uma linguagem própria para apresentar a forma pedagógica que o colégio utiliza nos seus 128 anos de existência e a qual nomeou de “pedagogia patronímica”, ou seja, o emprego de patronos e outros vultos ilustres como “totens”. Esta colocação é motivada pelas referências de caráter e de comportamentos desejados para os componentes das Forças Armadas Brasileiras.

A trajetória histórica do Colégio Militar foi relatada com olhares diferenciados, pois o autor, além de ser Mestre em Educação e Doutor em Ciências Sociais, não deixou de se apresentar como Oficial Superior do Exército Brasileiro e relatou que por muitos anos atuou na Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial (DEPA), órgão que possui atribuição de planejar, coordenar e supervisionar o ensino, não só no Colégio Militar do Rio de Janeiro, como também em todos os Colégios Militares do Brasil.

O terceiro capítulo foi dedicado a relatar um evento comum nas escolas militares, a cerimônia de recebimento da boina, um adereço pertencente ao uniforme dos alunos. Esta solenidade é um marco na vida estudantil dos alunos. Trata-se do ato da entrada pelo portão principal da escola, em que todos os alunos, de forma protocolar, desfilam e se encaminham a um pátio em que, formados e em uma cerimônia, recebem de um padrinho ou madrinha a sua boina. Esta foi a primeira análise etnográfica do autor que, ao longo dos capítulos, irá aprofundar e se aproximar mais deste e de outros componentes importantes para os que usam um fardamento. Serão apresentadas as diferentes interpretações acerca da importância e da utilização da boina pelos alunos, e o olhar atento do autor não passou despercebido em nenhum dos relatos feitos pelos estudantes.



O capítulo 4 é, sem dúvida, o que mais demonstra o envolvimento e o amor transmitido nas emoções de pertencimento dos alunos e ex-alunos dos Colégios Militares. O aniversário de criação do Colégio Militar do Rio de Janeiro é comemorado no dia 06 de maio e este acontecimento é marcado por um grande encontro de alunos, professores, ex-alunos, ex-professores, familiares, amigos e todos os que desejarem participar. Na praça principal do colégio, nomeada de Praça Tomás Coelho, em homenagem ao Conselheiro do Imperador D. Pedro II, considerado o criador do Imperial Colégio Militar, os alunos se organizam e se preparam para o momento solene: “a formatura”. Após a leitura de textos alusivos à criação do colégio e a premiação dos melhores alunos, todos os alunos e ex-alunos desfilam entoando a canção do Colégio Militar e, ao final, executam uma saudação colegial que para muitos é considerada um grito de guerra. Esta festividade é descrita com riqueza de detalhamento pelo autor e toda a emoção que é sentida pelos alunos e ex-alunos é transmitida neste capítulo, intitulado “ao chorarmos a saudade do Colégio Militar”, um fragmento retirado da Canção do Colégio Militar do Rio de Janeiro.

O capítulo 5 é o mais consistente e o de maior tamanho, possuindo 129 páginas. Nesta parte, o autor se dedica ao emprego da Teoria do Autor-Rede com maior rigor. Muitas foram as entrevistas e observações visando a fazer um perfeito e o mais realista possível mapeamento das apropriações, releituras e novos significados feitos pelos alunos, levando em consideração os adereços e elementos identitários que são utilizados nos uniformes e que muitos dos entrevistados chamaram de fardas. Estes diferentes olhares e interpretações são relatados pelo autor, apresentando as necessidades de os alunos cumprirem as regras exigidas pela instituição e, também, visando ao melhor convívio com os membros que coordenam e comandam a organização de ensino.

Finalmente, no fechamento do autor, a conclusão, o autor Fábio Facchinetti Freire retoma a proposta inicial da pesquisa e responde a vários questionamentos iniciais, fundamentado nas observações e teorias utilizadas.

A obra possui uma leitura agradável e instigante, fazendo com que o leitor se mantenha atento às informações. Certamente, será de interesse dos alunos, ex-alunos e futuros candidatos a serem alunos de Colégios Militares. Os professores e militares, acredito, gostarão de ler a obra, tendo em vista terem vivenciado muitos dos relatos dos textos.

A formação inicial do autor Fábio Facchinetti Freire é oriunda da Academia Militar das Agulhas Negras, posteriormente, fez outras especializações dentro da área militar que o tornaram Oficial Superior do Exército Brasileiro. Atuou como militar em várias instituições militares, mas em especial, na Seção de Ensino da Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial - DEPA, órgão militar que muito o auxiliou nos olhares desta pesquisa, pois este órgão é o responsável por planejar, coordenar, controlar e supervisionar o ensino em todos os Colégios Militares. Posteriormente, como civil, obteve o título de Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Em adição, obteve o título de Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC.

Foi muito agradável a leitura do livro, fluiu saborosamente, até porque a presente leitora foi ex-professora titular atualmente aposentada do Colégio Militar do Rio de Janeiro. Em vários momentos, a emoção aflorou e, com isso, foi possível lembrar passagens marcantes como educadora da Casa de Tomás Coelho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREIRE, Fábio Facchinetti. *Estamos alunos: um estudo sobre a identidade contemporânea dos alunos de Colégio Militar do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gramma Livraria e Editora, 2017.

Palavras-chave: colégio militar; sociologia dos militares; antropologia da educação.

DATA DE RECEBIMENTO: 25/09/2017

DATA DE APROVAÇÃO: 06/10/2017

Teresa Cristina de Carvalho Piva

Licenciada em Desenho, Arquiteta e Urbanista. Mestrado e Doutorado em História das Ciências das Técnicas e Epistemologia – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil. Pós-Doutorado em História das Ciências – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil. Professora da Universidade Veiga de Almeida (UVA), Brasil.

E-mail: teresa.piva@yahoo.com.br

Levantamento Bibliográfico

Nesta seção, apresentamos o levantamento bibliográfico dos livros publicados na área das ciências humanas e sociais dos países da América Latina sobre infância e juventude. O levantamento contemplou obras publicadas no período de Setembro à Dezembro de 2017 cujas informações puderam ser obtidas nos sites de suas respectivas editoras.

- 1 *Acolhimento da criança de 3 a 5 anos na escola de educação infantil***
ISBN 978-85-444-1566-5
Autores: Arnaldo Nogaro, Elisiane Andreia Lippi e Hedi Maria Luft
Editora: CRV, Curitiba, 164 páginas.
- 2 *A criança e a palavra – a linguagem e suas articulações***
ISBN 978-85-444-1961-8
Organizadoras: Ana Clélia de Oliveira Rocha e Marta Gonçalves Gimenez Baptista
Editora: CRV, Curitiba, 174 páginas.
- 3 *Adolescência em Cartaz - Filmes e Psicanálise para Entendê-la***
ISBN 9788582714607
Autores: Diana Lichtenstein Corso e Mário Corso
Editora: Artmed, Porto Alegre, 336 páginas.
- 4 *Adopciones en Chile. Políticas, intervenciones e investigación***
ISBN 978-956-357-122-6
Autora: Irene Salvo Agoglia
Editora: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, Santiago, 308 páginas.
- 5 *A educação básica pública tem solução?***
ISBN 9788539306947
Autor: Herman J. C. Voorwald
Editora: Editora UNESP, São Paulo, 117 páginas.
- 6 *Debates contemporâneos em educação***
ISBN 9788559682083
Autoras: Marcia Cândida Araújo de Campos e Ivana Araújo Campos Oliveira
Editora: Gramma Editora, Rio de Janeiro, 274 páginas.
- 7 *Dentro ou fora da sala de aula? O lugar da Pedagogia Social***
ISBN 978-85-444-2005-8
Organizador: Arthur Vianna Ferreira
Editora: CRV, Curitiba, 288 páginas.

- 8 *El bosque pedagógico y cómo salir de él***
ISBN 978-84-344-2705-1
Autor: José Antonio Marina
Editora: Ariel, Madrid, 336 páginas.
- 9 *Infancia ¿para dónde van sus derechos?***
ISBN 978-987-3620-29-4
Autor: Emilio García Méndez
Editora: Ediciones Didot, Arevalo, 383 páginas.
- 10 *Infancia, trabajo y educación. Evaluación de una relación compleja***
ISBN 9789587727883
Autores: Tatiana Bernal Sánchez e Giampietro Schibotto
Editora: U. Externado de Colombia, Bogotá, 410 páginas.
- 11 *Jovens, Consumo e Convergência Midiática***
ISBN 9788584800438
Organizadora: Regiane Ribeiro
Editora: Editora UFPR, Curitiba, 174 páginas.
- 12 *Metodologías de investigación, búsqueda y atención a las víctimas.
Del caso de Ayotzinapa a nuevos mecanismos en la lucha contra la impunidad***
ISBN 978-607-8517-17-6
Organizadores: Carlos M. Beristain, Alejandro Valencia, Ángela Buitrago e Francisco Cox
Editora: Temis S. A., Ciudad de México, 168 páginas.
- 13 *O governo dos meninos: liberdade tutelada e medidas socioeducativas***
ISBN 978-85-7600-480-6
Autora: Sara Regina Munhoz
Editora: EdUFSCar, São Carlos, 212 páginas.
- 14 *O que aconteceu na nossa infância e o que fizemos com ela***
ISBN 9788546500437
Autora: Laura Gutman
Editora: Grupo Editorial Record, Rio de Janeiro, 252 páginas.
- 15 *Registros na educação infantil: Pesquisa e prática pedagógica***
ISBN 978-85-449-0270-7
Organizadora: Luciana Esmeralda Ostetto
Editora: Papyrus, Campinas, 192 páginas.
- 16 *Retratos da infância na poesia brasileira***
ISBN 978-85-268-1375-5
Autora: Marcia Cristina Silva
Editora: Unicamp, Campinas, 248 páginas.

17 *Violência, diversidade e educação em Direitos Humanos na Escola*

ISBN 978-85-7985-117-9

Organizadores: Maria de Fátima de Andrade Ferreira, Rosa de Lourdes Aguilar Verástegui, Bernardo Alfredo Mayta Sakamoto e José Pedro Kunhavalik

Editora: Edições UESB, Vitória da Conquista, 133 páginas.

18 *Vulnerabilidades nos Desenhos Infantis*

ISBN 978-85-7541-483-5

Organizadoras: Simone Gonçalves de Assis e Joviana Quintes Avanci

Editora: FioCruz, Rio de Janeiro.

Normas para todas as seções

1. Os artigos, entrevistas ou resenhas serão submetidos, em português ou espanhol, ao Conselho Editorial ao qual cabe a responsabilidade do processo editorial dos manuscritos. A submissão é feita no site da DESIDADES, no portal de periódicos da UFRJ, seguindo as orientações disponibilizadas.
2. O Conselho Editorial fará uso de consultores ad hoc externos ao corpo editorial, que, de forma cega, avaliarão os artigos e farão recomendações em relação à sua publicação ou não. Em casos de controvérsia entre os dois pareceristas, um terceiro será consultado. O Conselho Editorial se reserva o direito de propor modificações que venham a contribuir com a clareza do texto.
3. Serão aceitos apenas artigos, entrevistas e resenhas inéditos.
4. Uma vez que a submissão tenha sido aprovada para publicação, sua versão para o espanhol, ou para o português, conforme o caso, será solicitada aos autores, que terão um prazo determinado para enviá-la.
5. Todos os artigos, entrevistas ou resenhas enviados para submissão deverão estar como documento Word, em extensão “.doc” ou “.docx”, fonte Arial 11, espaço duplo.
6. Autoras e autores deverão enviar junto com o manuscrito informações curriculares de 3 linhas no máximo, incluindo titulação e afiliação institucional. No caso de submissão de entrevista, devem ser enviadas as informações curriculares do (a) entrevistador (a) e do (a) entrevistado (a).
7. As referências bibliográficas devem ser apresentadas em ordem alfabética ao final do texto e se pausarem pelas normas ABNT (NBR 6023, 2002).

Exemplos de casos mais comuns:

LIVRO COM UM AUTOR

CASTRO, L. C. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 12. ed. São Paulo: Global, 2012.

LIVRO COM DOIS OU TRÊS AUTORES

CASTRO, L. R.; CORREA, J. **Mostrando a Real**: um retrato da juventude pobre do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: NAU Editora; FAPERJ, 2005.

Nas referências de até três autores, todos são citados, separados por ponto e vírgula. Quando ultrapassar três autores, citar somente o primeiro, seguido da expressão et al. (sem itálico).

ARTIGO DE REVISTA OU PERIÓDICO

TORRES, M. C. E.; CASTRO, L. R. Resgatando e atualizando os sentidos da autoridade: um percurso histórico. **Paidéia (USP)**, Ribeirão Preto, v. 19, n. 42, p. 87-96, jan./abr. 2009.

CAPÍTULO DE LIVRO

GALINKIN, A. L.; ALMEIDA, A. M. O. Representações sociais da violência entre adolescentes e professores de classe média. In: CASTRO, L. R.; CORREA, J. (org.). **Juventude Contemporânea**: perspectivas nacionais e internacionais. Rio de Janeiro: Nau/Faperj, 2005. p. 229-232.

TESES E DISSERTAÇÕES

CORDEIRO, D. M. A. Juventude nas sombras: escola, trabalho e moradia em territórios de precariedades. 2008. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

REFERÊNCIA ELETRÔNICA

OBSERVATORIO NACIONAL DE LOS DERECHOS DEL NIÑO Y DEL ADOLESCENTE. IHA2009/2010: los hombres negros adolescentes son las principales víctimas de homicidios en Brasil. Disponível em: <http://www.obs-criancaeadolescente.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=722:iha-20092010-adolescentes-negros-do-sexo-masculino-sao-as-principais-vitimas-de-homicidios-no-brasil&catid=34:noticias&Itemid=106>. Acesso em 14 abr. 2013.

8. Citações e notas.

- As citações indiretas de autores, no corpo do texto, devem seguir a forma: Autor (data)ou (Autor, data). Exemplos:

Segundo Cordeiro (2008)...

(Lima, 1999)

(Torres; Castro, 2009)

(Castro; Correa, 2005; Cordeiro, 2008).

- As citações literais de até três linhas são integradas ao texto, entre aspas duplas, seguidas de parênteses com sobrenome do autor, ano da publicação e página (ex. Lima, 1999, p. 27).
- Citações com mais de três linhas devem ser destacadas no texto com recuo de 1,25, em corpo 10, com a indicação: (Autor, ano, p.).
- As notas de rodapé, tratando de observações, comentários e esclarecimentos feitos pelos autores, devem vir no final da página, em algarismos arábicos, devendo ter numeração única e consecutiva ao longo do texto.
- As remissões sem citação literal são incorporadas ao texto. Ex.: Segundo Cordeiro (2008).

9. Nos casos de destaque de palavras no corpo do texto (por exemplo, palavras estrangeiras), deverá ser utilizado itálico.

Normas específicas para a seção

TEMAS EM DESTAQUE

Os artigos dessa seção devem abordar criticamente algum tema ou problema que diga respeito à infância e/ou juventude no contexto latino-americano. Os artigos são voltados a um público não especialista e, neste sentido, serão privilegiadas a clareza e a simplicidade da escrita.

1. Os artigos devem ter de duas mil e quinhentas a cinco mil palavras (incluindo referências e resumo).
2. Um resumo de aproximadamente 150 palavras deverá ser inserido no final do artigo, após as referências, seguido de 3 (três) a 5 (cinco) palavras-chave (separadas por vírgula) que abarquem a temática abordada no artigo.
3. Gráficos, tabelas e figuras: deverão ser enviados separadamente e estar sinalizados no corpo do texto, próximos aos locais de interesse. Devem estar numerados sequencialmente. Em relação às imagens, os autores devem ter assegurado os direitos de uso, cuja comprovação deve ser enviada à revista.

Normas específicas para Resenhas

As resenhas destinam-se a avaliações críticas de publicações recentes na área da infância e juventude que tenham registro no sistema ISBN.

1. As resenhas devem ter entre mil e quinhentas a duas mil palavras.
2. Uma imagem da capa do livro resenhado, em arquivo .jpg ou .tiff, resolução 300 dpi, deverá ser enviada em arquivo separado.
3. Devem ser inseridas no final do texto da resenha de 3 (três) a 5 (cinco) palavras-chave, separadas por vírgula.
4. A resenha deve conter uma ficha técnica contendo os dados da publicação: título, autor, editora, cidade, ano, número de páginas, ISBN.
5. A resenha deve ter título diferente do livro resenhado.
6. As citações e referências seguem as regras gerais, apresentadas acima. A referência do livro resenhado deve ser destacada em negrito.

Normas específicas para a seção

ESPAÇO ABERTO

Esta seção destina-se à publicação de entrevistas, escritas ou em vídeo, que versem sobre tema atual e/ou controverso na área da infância e juventude. As entrevistas devem ter o objetivo de expor a opinião do entrevistado, como também de explorar, junto com ele, a complexidade do debate sobre a questão. As entrevistas visam, sobretudo, obter pronunciamentos que estejam propensos a analisar aspectos favoráveis e desfavoráveis do tema abordado.

1. A parte inicial da entrevista deve conter uma apresentação breve do entrevistado e as razões que levaram o entrevistador a entrevistá-lo sobre o tema em pauta. O entrevistador deve também situar seu lugar de fala e interesse sobre o assunto.
2. Para sondagem de interesse sobre temas e entrevistados prospectivos, o entrevistador pode entrar em contato com o Conselho Editorial.
3. As entrevistas devem ter de duas a três mil palavras, ou de 10 a, no máximo, 30 minutos de duração.
4. Caso sejam enviadas em vídeo, deverão ser encaminhadas em DVD de dados (arquivo de alta resolução SD ou HD, formato .mov ou .avi) com a respectiva transcrição em Word, em DVD lacrado com o nome do entrevistado e do entrevistador na parte externa do disco.
5. Devem ser inseridas no encaminhamento do texto ou vídeo da entrevista de 3 (três) a 5 (cinco) palavras-chave, separadas por vírgula.

Envio do material

Os artigos, entrevistas e resenhas devem ser submetidos no site da DESIDADES, no portal de revistas UFRJ. Os autores serão notificados do recebimento do material enviado.

No caso de submissão de entrevista gravada em vídeo, a transcrição deve ser enviada pelo sistema de submissão e a gravação em DVD encaminhada pelo correio para o seguinte endereço:

NIPIAC, Instituto de Psicologia - Universidade Federal do Rio de Janeiro: Av. Pasteur, 250 – Urca, Rio de Janeiro - RJ, Brasil | CEP 22.290-902.

No caso da publicação de qualquer material, seus direitos autorais são imediatamente cedidos à Desidades sem ônus para a revista. O autor poderá, no entanto, publicar esse material posteriormente, na íntegra, ou parcialmente. Os autores são inteiramente responsáveis pelo conteúdo de seus artigos publicados.

Contatos

DESIDADES

Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Infância e Juventude

**Instituto de Psicologia/NIPIAC
Universidade Federal do Rio de Janeiro**

**Av. Pasteur 250
22290-902 Rio de Janeiro RJ Brasil
55-21. 2295-3208 55-21. 3938-5328
www.desidades.ufrj.br**

DESIDADES

***Revista Eletrônica de Divulgação Científica
da Infância e Juventude***

**Instituto de Psicologia / NIPIAC
Universidade Federal do Rio de Janeiro**

**Av. Pasteur 250
22290 902 Rio de Janeiro RJ Brasil
55 21. 2295-3208 55 21. 3938-5328
www.desidades.ufrj.br**

